

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões do dia vinte e três de abril de dois mil e dezoito

--- Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na vila de Carregal do Sal, no Salão Nobre, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- 1 - Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 19/12/2017; -----

--- 2 - Aprovação da ata da sessão extraordinária realizada a 16/03/2018. -----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- 1 - Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 2 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2018, de acordo com a Informação de Serviço nº 159/2018, de 05 de abril, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões; -----

--- 4 - Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de dezembro de 2017 e 06 de abril de 2018, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 19 de dezembro de 2017, de acordo com a Informação de Serviço nº 160/2018, de 06 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro; -----

--- 5 - Ponto de situação da implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 6 - Ponto de situação das ações desenvolvidas e a desenvolver, pela CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito da proteção civil Intermunicipal, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques; -----

--- Custódio Pinheiro da Rocha; -----

Assembleia Intermunicipal

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Rui Santos, declarou aberta a Assembleia.-----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 19/12/2017.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Félix, cuja intervenção se transcreve: ----

--- “Exmo. Senhor: -----

--- Presidente da Assembleia Intermunicipal-----

--- Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões-----

--- Eu, Fernando da Costa Félix, Deputado da Assembleia Intermunicipal, eleito pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, vem no momento de apreciação e votação da ata da reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2017, dizer e propor o seguinte:-----

--- Conforme a ata em apreciação refere, aquando da aprovação da ata da reunião ordinária realizada a 24/04/2017, tratando-se da minha primeira participação na apreciação e aprovação de uma ata do órgão solicitei esclarecimentos sobre a legitimidade da minha participação em tal votação, uma vez que eu não tinha participado na reunião em causa, nem à data fazia parte da Assembleia Intermunicipal, e sabia que existia um preceito no Código de Procedimento Administrativo, plasmado num artigo que na altura não sabia identificar, que dispunha que “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita;-----

--- Na sequência, e apesar de considerar a abstenção um sentido de voto e como tal participação ilegítima, não me foi dada outra hipótese que não optar pela abstenção;-----

--- Agora, e uma vez que foram vários os Deputados que, julgo eu, seguindo o costume instituído no órgão, se absterem por não terem participado na reunião em causa, cumpre-me, mesmo não pedindo a desconsideração desses votos porquanto tal não alteraria neste caso o resultado da votação, pelo menos aproveitar o incidente para propor/recomendar que no futuro se cumpra o prescrito no artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo de forma a não se criar qualquer ilegalidade resultante da falta de legitimidade dos votantes. -----

--- Digo isto até por experiência própria, onde já tive casos em que a ilegitimidade é invocada e é dado razão.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “ Muito obrigado Senhor Deputado. -----



--- Eu aliás como fiz logo na altura, penitencio-me porque na altura dei uma resposta errada e reconheci. Eu tenho aqui uma nota do regimento da Assembleia, porque agora são duas pequenas questões que precisam de ser alteradas, uma é o caso do número de membros e outra é o artigo cinquenta e sete, número dois que diz que nenhum membro presente poderá deixar de votar sem prejuízo do direito de abstenção. Isto terá que ser corrigido.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Maia Rodrigues, cuja intervenção se transcreve: “Eu não sou jurista, isto é uma opinião que tenho e vou-me pronunciar por experiência pessoal em outras Assembleias.”-----

--- No Código das Sociedades Comerciais, refere-se que “... as deliberações consideram-se tomadas se obtiverem a maioria dos votos emitidos, não se considerando como tal as abstenções”. A abstenção é entendida à luz do Código das Sociedades Comerciais, como não votação.-----

--- De igual modo, o significado de abstenção nos dicionários é: “recusa voluntária de membro de Assembleia de intervir, como participante, em discussão, deliberação, decisão” ou “declaração de que não se pretende qualquer coisa”. -----

--- Por isso quando me abstenho ao “votar” uma ata de reunião em que não participei considero esse sentido de “voto” idêntico ao de não votar. Foi assim que eu interpretei no outro dia, não tive um voto de qualidade (que teria, quer votasse favorável ou negativamente).-----

--- Era só dizer isto, entendo que não violei absolutamente nada quando me abstive, porque efetivamente não tinha opinião sobre a matéria.” -----

--- Em face da ausência de mais pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da sessão extraordinária realizada a 16/03/2018.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Nas Assembleias extraordinárias sempre foi prática de não haver pagamento de senhas de presença e assumi o compromisso de fazer um pedido de parecer sobre esse assunto.

--- Falei com o Secretário Executivo e solicitaram-se dois pareceres, um à CCDRC e outro à ANMP.-----

--- Eu vou ler-vos os termos em que foi solicitado o parecer à CCDRC: -----

Assembleia Intermunicipal

--- “A Lei 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto das Entidades Intermunicipais.-----

--- Em relação a estas últimas, no caso das Comunidades Intermunicipais e das suas Assembleias Intermunicipais dispõe no nº 4 do Art.º 83º:-----

--- “A Assembleia Intermunicipal reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que convocada nos termos dos estatutos da comunidade Intermunicipal”.-----

--- Dispõe ainda sobre as sessões das Assembleias, no Art.º 87º: -----

--- “1 - Os membros da Assembleia Intermunicipal têm direito a uma senha de presença pela participação nas reuniões ordinárias, calculada nos termos aplicáveis ao pagamento das senhas de presença abonadas aos membros das Assembleias municipais.-----

--- 2 - Os membros da Assembleia Intermunicipal não têm direito a ajudas de custo pela sua participação nas reuniões deste órgão.”-----

--- Sendo omissivo no que se refere ao possível abono de senhas de presença aos membros da Assembleia Intermunicipal pela sua participação nas sessões extraordinárias desses órgãos, ainda que prescreva taxativamente uma proibição de abono de ajudas e custo, o que não faz para o pagamento de senhas de presença relativas às sessões extraordinárias.-----

--- Assim, tendo em conta que:-----

--- a) O não abono de senhas de presença aos membros da Assembleia Intermunicipal pela sua participação em sessões extraordinárias do Órgão configurou uma menorização do estatuto desses membros em relação ao seu estatuto nas suas Assembleias Municipais de origem, estatuto que é tomado como referência; -----

--- b) O não abono de senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal pela sua participação em sessões extraordinárias pode evidenciar uma menorização da importância do Órgão, reduzindo-o a uma espécie de “excrescência” tolerada das Comunidades Intermunicipais destinada a cumprir apenas os procedimentos formais de aprovação de Planos, Orçamento e Contas, o que revelaria uma intenção depreciativa da sua função de garante da democracia e de reforço da representação direta dos cidadãos eleitores no âmbito da Comunidade Intermunicipal por parte do legislador, o que não parece crível; -----

--- c) O possível abono das senhas de presença pela presença nas sessões extraordinárias das Assembleias Municipais, se se acredita nos valores da democracia, é em concreto de valor irrelevante nos montantes dos Orçamentos das Comunidades e como custo da Democracia do funcionamento do Órgão, que para reforço das suas funções de controlo democrático, é



composto apenas por membros eleitos diretamente para as Assembleias Municipais, em cuja eleição apenas participam os eleitos diretamente;-----

--- d) Que se se defender o não pagamento com base numa hipotética possibilidade de abuso da convocação Sessões Extraordinárias da Assembleia se está a passar um atestado de menoridade e irresponsabilidade aos seus membros.-----

--- Solicito a V. Ex^a a emissão de parecer que habilite a Mesa da Assembleia Intermunicipal a decidir sobre:-----

--- 1 - Se é possível o pagamento de senhas de presença nas sessões extraordinárias da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 2 - Se a ser considerada como legalmente possível esse pagamento ele deve ser consignado como um dos direitos dos membros no Regimento da Assembleia, como forma de clarificar a situação relativa a esse pagamento.”-----

--- A resposta recebida foi feita pela Senhora Diretora dos Serviços Jurídicos e é negativa, a dizer taxativamente que não, como está previsto no livro de que é autora.-----

--- No caso da resposta da Associação Nacional de Municípios é concordante que nos casos das Assembleias extraordinárias intermunicipais não há lugar a pagamento de senha de presença.-

--- A outra questão que foi dirigida a esta Assembleia foi um ofício por um cidadão português que embora residente em Lisboa é do Concelho de Mangualde e onde tem uma segunda habitação e alguma exploração agrícola e que foi atingido pelos incêndios.-----

--- A pretensão do Senhor era que o assunto fosse discutido na Assembleia.-----

--- A Mesa discutiu o assunto e lamentamos muito o que se sucedeu e achamos que de facto é preciso encontrar uma solução, mas não nos parece que a discussão individual de um cidadão seja assunto a discutir na Assembleia.-----

--- É um assunto a ser tratado primeiramente com a câmara municipal respetiva e vamos dar conhecimento do que nos enviou à Câmara Municipal de Mangualde, que é a entidade que territorialmente tem a ver com estas situações.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Casimiro Loureiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, digníssima Mesa, Senhor Presidente da CIM, Senhor Secretário Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.-----

--- Quero de alguma forma apresentar aqui uma moção, solicitando como é apanágio a solidariedade que sempre subsistiu na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.-----

--- Nesses termos passo a ler o seguinte:-----

--- “Atendendo a que a ligação rodoviária com perfil rodoviária com perfil de autoestrada entre as cidades de Viseu e Coimbra ainda não se concretizou, apesar de muito de se falar da mesma;

--- Atendendo ao facto de que a atual ligação, IP3, está acentuadamente degradada, tendo em muito contribuído para o aumento da sinistralidade rodoviária; -----

--- Atendendo a que o IC12, com perfil de autoestrada, é uma das ligações ao IP3;-----

--- Atendendo a que, a população há muito anseia pela ligação do IC12 à A25 e à A1;-----

--- Atendendo a que a falta de manutenção do atual troço do IC12 se encontra em estado calamitoso, assemelhando-se ao que se verifica no IP3;-----

--- Atendendo a que esta situação é mais um motivo para o aumento da sinistralidade rodoviária e um indicador de claro desinvestimento no Interior do País. -----

--- Propõe-se:-----

--- A aprovação da presente moção a remeter a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro das Obras Públicas e à Infraestruturas de Portugal, alertando para a necessidade urgente da realização de obras de conservação no IC12.”-----

--- Tenho dito e apelo de facto à sua solidariedade, embora o IC12 não sirva todos os municípios que compõem a atual CIM.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Catalino, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, assim como todos os presentes. -----

--- Dizer que sou membro, também, de Carregal do Sal e vinha no sentido de votar favorável a esta proposta. O Partido Socialista não se opõe em nada, porque sentimos na verdade que o IC12 é uma estrada que faz muita falta a estas regiões. A nossa ligação à A25 depois de Carregal do Sal até Mangualde é uma necessidade e portanto, não vemos nada a opor à apresentação desta proposta e da nossa aprovação nesta Assembleia.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Rapidamente cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, a digníssima Mesa, o Senhor Presidente da CIM, o Senhor Secretário Executivo.-----

--- Eu vinha aqui colocar umas questões e são breves.-----

--- Em primeiro lugar dizer ao Senhor Presidente e felicitá-lo por ter convocado a Assembleia extraordinária, mesmo sem senhas de presença, e porque o nosso objetivo é serviço público.--



--- Por outro lado, dizer-lhe que não pode haver intervenções de blocos, da outra vez houve, isso em termos regimentais não é permitido. O Ponto três do artigo 34º diz isso mesmo e por isso não é um problema de se querer ou não, é um problema regimental. -----

--- Por outro lado, pedir também ao Senhor Presidente que havia uma boa prática anterior, que deve continuar, entre as Assembleias há todo um trabalho por parte do Conselho Executivo que nós muitas vezes não temos conhecimento e que é importante termos. Por isso havia uma analogia que foi feita com informação municipal e Intermunicipal e era bom que continuássemos a receber essa informação. -----

--- Já passou um mês, mas como muitas das situações se mantêm e algumas das questões perderam atualidade e outras não. O que eu quero dizer é que no nosso entender não é compreensível que um estudo referente aos incêndios de Pedrógão e outros concelhos foi adjudicado logo no dia vinte, tendo sido os incêndios a dezassete de junho. Estudo esse que foi entregue em outubro de dois mil e dezassete. -----

--- Na nossa região demoraram seis meses a definir esse estudo e não sei se já está concretizado o estudo. -----

--- Em dezembro já havia um programa de revitalização em Pedrógão Grande, perfeitamente definido envolvendo todas as entidades. -----

--- Portanto eu gostaria de questionar o Senhor Presidente do Conselho sobre as diligências que foram tomadas por parte da CIM. -----

--- E por outro lado se o Senhor Presidente entende que os serviços desconcentrados do Estado têm dado a resposta adequada e necessária às vítimas, famílias e empresas afetadas. Gostaria também de perguntar ao Executivo, atendendo à importância que a CIM tem e vai ter na área da proteção civil do ordenamento florestal, vai ter responsabilidades acrescidas nesta área e gostaria de saber quais foram as ações, medidas, candidaturas realizadas pela CIM no domínio da prevenção e combate aos fogos florestais. -----

--- Por outro lado, também se a CIM tem recursos humanos nesta área ou se eventualmente fizeram alguma candidatura. Se no levantamento, que é natural, todos os municípios têm gabinete de proteção civil ou técnicos habilitados. -----

--- Qual é o ponto de situação de candidaturas que têm sido tornadas públicas, em concreto, a criação de brigadas de sapadores florestais. Por isso gostaria de saber quantas candidaturas foram feitas pela CIM e qual é a perspetiva que a CIM tem em relação à sua aprovação. -----

--- Gostaria também de saber se a CIM participou na elaboração dos critérios que permitiram a definição das freguesias prioritárias. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Outra questão era saber se a CIM tem algum projeto no âmbito da prevenção de incêndios e se tem quando é que entra em funcionamento.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Só uma nota, a questão que colocou sobre a informação do Presidente do concelho Intermunicipal, ela será a seguir a este ponto. -----

--- De facto, o regimento diz que as intervenções devem ser intercaladas, mas como a outra sessão era diferente eu segui aquele caminho, que se calhar não foi o melhor.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimento toda a Mesa. Senhor Presidente e Senhor Secretário Executivo. -----

--- Eu venho também trazer uma moção para poder ser discutida e aprovada em sede desta Assembleia sobre a requalificação urgente da Estrada nacional 225.-----

--- “Considerando que: -----

--- Portugal necessita de uma nova visão do território, um território mais inteligente e inclusivo, tendo o desenvolvimento local-regional profundamente interligado com o aumento da sustentabilidade e da resiliência, através de um modelo de desenvolvimento territorial integrado e colaborativo, em interação com um planeamento proativo, flexível e capaz de se ajustar às dinâmicas sociais, económicas e ambientais.-----

--- É vital e urgente afirmar pela positiva o interior do país, exigindo-se políticas públicas orientadas para este fim. Importa conceber e implementar medidas específicas e sectoriais, promover e valorizar a matriz territorial e os seus recursos endógenos, identificar e estimular projetos estruturantes, alinhar competências e investimentos, apostar no desenvolvimento económico inteligente e no reforço das atividades em rede, no país, criando assim o ambiente e as condições favoráveis à fixação de pessoas, e assegurar uma nova vitalidade nas freguesias rurais. A valorização do interior só é conseguida se se alcançarem patamares elevados de coesão territorial e social.-----

--- Neste sentido a Estrada Nacional 225 (EN225) é uma via de ligação com grande importância local, regional e nacional. É fundamental para o desenvolvimento económico do território e fixação de pessoas.-----

--- É uma via com muito tráfego, que liga Castro Daire ao concelho de Arouca, que resultado do esquecimento de sucessivos governos, de total abandono da região, apresenta um estado deplorável e inaceitável, com elevado nível de deterioração visível a todos os seus utilizadores. Muito sinuosa, com um piso muito degradado, com constantes quedas de árvores e barreiras na



via, colocando em causa a mobilidade de quem necessita de a utilizar e até a sua própria segurança.-----

--- Passadas muitas e muitas promessas dos sucessivos Governos, deparamo-nos com a realidade da EN225 que não podemos mais ignorar. É uma estrada que necessita de requalificação urgente. -----

--- Propomos: -----

--- Que assistindo ao que é a EN225, seja aprovada em Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões moção exigindo-se completa e apropriada requalificação Urgente da EN225.-----

--- Da mesma seja dado conhecimento aos habitantes da Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aos executivos municipais da região Viseu Dão Lafões, ao Conselho Intermunicipal, ao Governo, a Assembleia da República e ao Presidente da República.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente. Aproveito para o cumprimentar assim como os restantes elementos da Mesa e toda a estrutura da CIM e todos os presentes. -----

--- Estamos a começar muito bem também com esta moção e penso que está em condições de ser aprovada por unanimidade. Eu sou parte interessada, naturalmente, mas também sou, ao mesmo tempo, um testemunho vivo das dificuldades que passamos e todos passam, que têm de percorrer aquela estrada, de todo o constrangimento que traz para a economia local e não só, porque é transversal a diversos concelhos. -----

--- Venho aqui manifestar a nossa concordância e que votaremos favoravelmente.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

--- Cumprimentar a Mesa assim como todos os presentes nesta Assembleia. -----

--- Não queria deixar de em nome do PSD de manifestar favoravelmente.-----

--- Mas não posso deixar de referir também que esta obra estava prevista no plano de atividades da Infraestruturas de Portugal para o ano de dois mil e dezasseis e seguintes no valor de mais de três milhões de euros cuja execução não se encontra em curso. O que quer dizer que não foi dada prioridade por parte do atual Governo aos investimentos de proximidade que estavam previstos. -----

--- Naturalmente com a penalização que acontece para o caso de todos os habitantes que vivem entre Castro Daire e Cabril. -----

--- Por isso dizer aqui que independentemente de responsabilidades de governos anteriores é preciso que fique claro que houve um claro desinvestimento em infraestruturas por parte deste

Assembleia Intermunicipal

Governo com uma redução de mais de quatrocentos milhões de euros nas Infraestruturas de Portugal e por isso mesmo essa é a razão maior para não estar neste momento em curso um investimento que é fundamental para a qualidade de vida das pessoas que vivem em Castro Daire.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa a tarde a todos os presentes.-----

--- Cumprimento em primeiro lugar o Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, os restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente do Conselho e o Senhor Secretário Executivo, meus caros colegas.-----

--- Eu também vou entrar na zona de consenso e falei previamente com o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, da apresentação de um voto de pesar. -----

--- Neste concelho há pouco tempo assistimos às cerimónias fúnebres de Atílio dos Santos Nunes. Foi Presidente deste Concelho durante vários mandatos, foi membro fundador e entusiasta desta comunidade Intermunicipal, foi empresário. Foi autarca pelo PSD e também pelo CDS-PP. Se ele estivesse aqui hoje diria: “Um gajo porreiro!”.-----

--- “A 22 de dezembro passado faleceu de Atílio dos Santos Nunes. -----

--- Foi precisamente neste edifício Paços do Concelho que realizaram as cerimónias fúnebres daquele que foi Presidente da Câmara de Carregal do Sal durante seis mandatos. Atílio dos Santos Nunes foi também empresário, dirigente associativo e sobretudo um grande amigo desta terra e de muitos de nós. Neste local e neste momento, evocamos a memória do autarca e do homem, também pelo facto de ter sido um dos fundadores desta Comunidade Intermunicipal e um seu grande entusiasta. -----

--- Saudamos o atual Presidente da Câmara Municipal, Rogério Abrantes, por ter aberto as portas deste edifício à realização das cerimónias fúnebres, revelando assim um grande sentido de Estado e demonstrando estar à altura do cargo que desempenha. -----

--- A Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões reunida no dia 23 de abril de 2018 no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal aprova um voto de pesar pelo falecimento de Atílio dos Santos Nunes.”-----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “É muito breve, apenas para dizer que o Partido Socialista se associa a este voto de pesar e considera-o justo e congratular com a iniciativa. -----

--- Parece mais que justo. Não só pelo papel como autarca ma porque estamos precisamente neste município, foi uma lembrança com que me congratulo também e nos associamos com todo o gosto, por uma infelicidade, mas que faz parte da vida.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Se me permitirem vou só dizer aqui uma coisa sobre o Senhor Atílio dos Santos Nunes e que é uma das coisas mais notáveis que lhe conheço, nesse período de relações mais intensas. -----

--- Havia sempre engenheiros, doutores de serviços que apareciam pelas obras das escolas e entendam isto como uma forma de homenagem à personalidade transparente e clara do Senhor Atílio. -----

--- Chegavam perto dele e diziam “Senhor doutor...” e ele dizia: “Doutor só se for em letras, mas daquelas a atravessar”. -----

--- Era uma resposta característica dele e que fez alguma escola por aí fora.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou o voto de pesar a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Diogo Carvalhas, cuja intervenção se transcreve: “Antes de mais boa tarde. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente do Conselho, senho vice-Presidente e o Senhor Secretário Executivo. Cumprimento todos os membros e restantes presentes. -----

--- O que eu trago aqui hoje é uma moção pela requalificação da Escola Secundária de Castro Daire. -----

--- “Considerando que: -----

--- O edifício da Escola Secundária de Castro Daire tem já mais de 30 anos de utilização. -----

--- Não raras vezes, a Escola foi frequentada por um número largamente superior de alunos relativamente àquele para o qual foi projetada. -----

--- O edifício nunca teve obras de fundo e muitas das reparações pontuais foram sendo adiadas.

--- A Escolas tem graves deficiências no que toca a isolamento, não assegurando aas ideais condições de eficiência energética.-----

--- Em consequência, o edifício é muito frio no inverno.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Devido à normal deterioração do edifício, existem zonas onde se verificam infiltrações durante as chuvas. -----

--- O chão de algumas salas está muito degradado, não oferecendo as adequadas condições de segurança.-----

--- Bem como, também os corrimões necessitam de reparações para que possam cumprir o seu desígnio. -----

--- A escola pública é o mecanismo de redução das desigualdades, uma tentativa de promoção da igualdade de oportunidades, um dos principais desideratos da democracia republicana. ----

--- A escola pública deve oferecer adequadas condições para o ensino e aprendizagem.-----

--- Neste momento, como retratado a Escola Secundária não oferece essas condições, permanecendo no edifício um frio gelado durante o inverno e vários riscos para os alunos, professores e restante pessoal.-----

--- Propomos: -----

--- Seja aprovada em Assembleia Intermunicipal moção pugnando por uma intervenção profunda e urgente na Escola Secundária de Castro Daire.-----

--- Da mesma seja dado conhecimento à população da Comunidade Intermunicipal, aos executivos municipais, ao Conselho Intermunicipal, ao Governo, à Assembleia da República e ao Presidente da República.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: “Não vem aqui intervir o Deputado António Luís, porque é parte interessada, é o diretor do agrupamento. -----

--- Venho aqui para dizer uma coisa para ficar claro, ficar correto. -----

--- Foi aprovado na passada sexta-feira três projetos de resolução com votos favoráveis de todas as bancadas parlamentares, excetuado o Partido Socialista que se absteve apenas dois Deputados do PS votaram a favor. Da votação resultante os promotores das iniciativas acederam a que houvesse apenas um texto único que depois foi remetido para a escola, para dar conhecimento do que foi aprovado.-----

--- Na verdade, retratou muito bem a realidade da Escola Secundária de Castro Daire.-----

--- Esperamos que no âmbito desta reprogramação seja possível destinar alguma verba para a requalificação de escola, uma vez que é na verdade um equipamento que ao longo dos anos tem sofrido grande deterioração e é a única escola secundária e única oferta de ensino secundário existente no concelho. -----

--- Da nossa parte, naturalmente que iremos votar favoravelmente.” -----



--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "Muito obrigado Senhor Presidente.-----

--- Tentando abanar um pouco o consenso, deixe-me fazer aqui um ponto de situação do estado dos serviços públicos.-----

--- Não vou fazer aqui uma análise exaustiva, será, sobretudo, um exercício de realismo baseado não numa realidade virtual, mas sim numa realidade concreta e efetiva, sentida e por muitos sofrida.-----

--- Não vou abordar com profundidade assuntos como a educação, as consecutivas reduções dos orçamentos das escolas acrescendo o facto de elas estarem cada vez mais deterioradas, nem na redução significativa de funcionários.-----

--- Não vou abordar com profundidade os problemas da Segurança Social, mas permitam-me que destaque aqui um aspeto sobre o processo da atribuição das pensões.-----

--- Vou basear-me num caso concreto para que tenhamos a noção da realidade.-----

--- Existe um caso, como existem tantos outros, aliás o Senhor Ministro já veio assumir que existe um atraso no processamento e pagamento das pensões, um caso concreto, de uma pessoa que apresentou o requerimento conforme a lei lhe permitia e está há dezanove meses com o direito à pensão, sem obter uma resposta.-----

--- Este mesmo cidadão no dia trinta de abril tem que pagar o IMI, porque senão recebe uma coima para pagar. Este mesmo cidadão tem de pagar o Imposto Único de Circulação senão recebe uma coima para pagar.-----

--- Eu questiono se este é de facto o Estado de direito que nós temos?!-----

--- Eu já tenho alguma dificuldade em conviver com os conceitos dos dias de hoje, mas será isto democracia?-----

--- O que dirão aqueles que viveram no tempo da ditadura sobre esta democracia?-----

--- Mas o assunto que eu queria abordar, com mais profundidade, tem a ver com o serviço que é prestado pelo Serviço Nacional de Saúde e, sobretudo, no serviço que é prestado no distrito de Viseu e no hospital de referência que é o Hospital S. Teotónio. Numa cidade que nós queremos que seja referência, também.-----

--- Esta é uma preocupação, porque estamos a falar do bem mais caro, mais elementar e que mais faz sofrer as pessoas do nosso distrito e outras a que a esse hospital recorram.-----

--- Começamos pela falta de médicos, que é transversal a toda uma falta de profissionais em várias especialidades, falta essa que impede que equipamentos funcionem, que sejam utilizados. Ao mesmo tempo temos um conjunto de equipamentos que estão avariados. Mais recentemente, temos o episódio do mamógrafo em que os médicos se recusaram a fazer mamografias com recurso a esse equipamento, porque tem vinte e um anos e o prazo de vida estimado é de dez anos, levando os médicos, de uma forma responsável, para não criarem ainda outros problemas acrescidos aos doentes, a recusaram-se em utilizar esse equipamento. -----

--- Uma simples densitometria tem de ser feita no setor privado porque o hospital não faz.-----

--- As TAC's estão com atraso enormíssimo e nas ressonâncias magnéticas estamos a falar de um prazo superior a um ano e vou dar-vos mais um exemplo concreto: uma Senhora aposentada precisava de fazer uma ressonância magnética e foi-lhe dito logo que no mínimo seria um ano de espera. -----

--- Como a situação era grave teve que recorrer ao setor privado, tendo que pagar trezentos e vinte euros pelo exame. Para que tenham a noção da importância deste exemplo, trezentos e vinte euros é um bocado mais que a própria pensão de aposentada. E este é o serviço que estamos a prestar às pessoas! -----

--- Se queremos uma mamografia temos que ir a Coimbra ou Porto, se necessitamos de recorrer a radioterapia temos que ir a Coimbra ou Vila Real, se queremos exames e consultas temos que esperar na esperança de que não vamos morrer do problema!-----

--- Por isso, com todos estes exemplos, eu, mais uma vez, tenho alguma dificuldade em perceber os conceitos de hoje em dia, porque, quando há três anos se dizia que havia austeridade e hoje se diz que não há, é caso para dizer: volta austeridade que estás perdoada! -----

--- Por isso eu pedia ao Senhor Presidente da CIM que exercesse a influência que detém pelo cargo que suporta, pela importância que o Conselho Executivo tem, ou se essa influência for pela proximidade partidária que tem, que seja, o importante é que os utentes do Serviço Nacional de Saúde não podem continuar a viver este problema que tende a agravar-se. -----

--- Já agora aproveitava e colocava uma questão no sentido de me dizer em que fase está o processo da radioterapia. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Cristiana Ferreira, cuja intervenção se transcreve: "Muito boa tarde a todos.-----

--- Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, em si permita-me cumprimentar os restantes elementos da Mesa. Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, de Castro Daire,



Presidente do Conselho Intermunicipal e Vice-Presidente, respetivamente, Secretário Executivos, meus colegas, colaboradores da CIM e demais presentes, cumprimento e saúdo.---

--- Permitam-me que traga a esta Assembleia um tema de enorme importância para a região e para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e sim para o país porque quando do interior se trata sendo por todos reconhecido que é neste momento um desígnio nacional.-----

--- Refiro-me ao projeto Aldeias da Serra do Caramulo, o que promove a valorização turística de onze aldeias turísticas da Serra do Caramulo e que já foi candidatado ao Programa Valorizar, no valor de 1,8 milhões de euros envolvendo os municípios de Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades.-----

--- A Serra do Caramulo reúne algumas características ímpares e é detentora de um património natural e cultural rico e ainda pouco explorado, não obstante ser especialmente conhecida pela sua água e pela qualidade do ar. -----

--- Apesar de todas as dinâmicas e infraestruturas existentes no território, a Serra do Caramulo enfrenta problemas gravíssimos de despovoamento e abandono sendo evidente que as aldeias estão cada vez mais deprimidas e a população é bastante envelhecida.-----

--- Acresce no dia dezasseis de outubro do ano de dois mil e dezassete a Serra do Caramulo foi também fustigada pelos grandes incêndios que sobejamente conhecemos que afetaram de uma forma indelével não só o património natural, mas também teve forte impactos nas aldeias, na agricultura e na pecuária. -----

--- Da situação atual destas comunidades rurais dos últimos acontecimentos vividos surgiu a necessidade de criação de uma estratégia de recuperação e dinamização deste território onde a atividade turística pode ser o seu eixo central.-----

--- O projeto das Aldeias do Caramulo pretende a criação de um produto de visitação turística assente numa rede de aldeias serranas pertencentes aos concelhos de Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades. Este projeto contará com uma série de interessantes ações e de várias tipologias e terá como projetos âncora a criação de rotas turísticas que farão a ligação entre as várias aldeias estando também previstas para a rede de aldeias a integrar o projeto de recuperação e valorização das mesmas e outros tipos de dinamização. -----

--- Um estímulo para a população local se envolva no mesmo e ao mesmo tempo se atrair novos investidores, novas pessoas para o território alavancando e multiplicando dinâmicas locais, é um aspeto da maior relevância na medida em que do tecnicismo que projetos destes naturalmente envolvem, o que se pretende afinal é devolver a esperança e o ânimo às nossas populações. -----

--- Ora, com este enquadramento o projeto Aldeias da Serra do Caramulo não poderá deixar de ser atendido pela enorme importância e impacto que terá para a região e para as nossas populações. Há por isso uma enorme responsabilidade política da Senhora Secretária de Estado do Turismo, de quem se espera que a todo o momento anuncie a aprovação desta candidatura que conta com o apoio de todos os quadrantes, nomeadamente o Turismo do Centro. -----

--- Esta minha intervenção visa por isso em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões não só engrossar as vozes de apoio a este projeto pelo evidente reconhecimento da visão estratégica que encerra, saudando o trabalho de todos que se envolveram no mesmo, mas também salientar que a sua dimensão política e de responsabilidade social não se circunscreve a um projeto casuístico mas a um desígnio nacional para a melhoria das condições vida no Interior e pelo Interior.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, só uma pergunta muito rápida, não há mais ninguém inscrito do PS? É que eu estava à espera que viessem aqui congratularem-se por causa da questão do IP3...-----

--- Eu vou procurar ser rápido na intervenção que aqui trago até porque julgo que traz algum consenso. Relativamente à matéria em questão que se depreende com a reprogramação do Portugal 2020 e dizer que da nossa parte, o PSD, preocupados com aquela que foi iniciativa que o Governo tomou no âmbito da reflexão que devia ser feita para a reprogramação dos fundos comunitários, percebendo que não houve um consenso generalizado sem qualquer tipo de conotação política ou ideológica. -----

--- Houve uma crítica muito grande à proposta que foi colocada para análise por parte do Governo, seja por parte das CCDR, seja por parte do Conselho Regional, das câmaras municipais, da ANMP.-----

--- Dessa forma o PSD decidiu discutir na Assembleia da República um projeto de resolução para que o Governo não desviasse fundos comunitários que estavam previstos no âmbito dos PO regionais para outras matérias, para outros PO temáticos nacionais e que com isso fizesse o reforço daquilo que estava a ser feito a bem da coesão nacional.-----

--- Por outro lado, no âmbito do PO temáticos nacionais não houvesse também desvio desses fundos nas regiões de coesão como são o caso da região Centro e nomeadamente alguns investimentos que são para nós importantes como a Linha Beira Alta e não fossem desviados esses fundos para o Metro do Porto ou para o Metro de Lisboa. -----

--- Neste sentido o PSD levando na semana passada a discussão este projeto de resolução, quis saber qual era o posicionamento dos diferentes partidos quanto ao posicionamento da



reprogramação que deve ser feita dos fundos comunitários e questionámos todas as bancadas relativamente à sua definição. -----

--- “Moção – Portugal 2020 e sua reprogramação:-----

--- A Assembleia Intermunicipal da CIM Dão Lafões, reunida a 23 de abril de 2018, saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução n.º 1502/XIII/3.ª da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) sobre o Portugal 2020 e a sua reprogramação.

--- Com a aprovação da referida Resolução parlamentar, a Assembleia da República veio recomendar ao governo: -----

--- 1 - Que no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos Programas Operacionais das regiões menos desenvolvidas (regiões de convergência) para os Programas Operacionais das regiões desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020 a sua orientação para os resultados em benefício da mera execução, não se revelando o mérito dos Projetos; -----

--- 2 - Que garanta que as dotações dos Programas Operacionais Regionais que sejam objeto de reprogramação sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos Programas, evitando deste modo que sirvam para substituírem rubricas (prioridades de investimento) oriundas dos Programas Operacionais Temáticos;-----

--- 3 - Que garanta que as medidas constantes dos Programas Operacionais Temáticos, objeto de reprogramação, especialmente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), conservem a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentemente estabelecidos, bem como a lógica concursal que preside à sua aplicação. -----

--- A presente moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimento a Mesa assim como todos os presentes nesta Assembleia. -----

--- Um comentário prévio. Dizer que nós não viemos aqui falar sobre o IP3, porque a perfeita noção de que não vale a pena estar a falar de uma coisa que ainda não está devidamente definida.-----

--- Quanto à moção, concordamos com ela e vamos votar favoravelmente, porque aquilo que nos move aqui e sempre nos moverá será a defesa de aquilo que achamos concertante.-----

--- Por isso achamos que não basta falar do Interior, são necessárias medidas concretas e que isso se faça sentir. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Catalino, cuja intervenção se transcreve: “Dizer apenas duas coisas muito simples.-----

--- Eu não sou político sou um técnico e tento dar um contributo naquilo que é a minha área de influência. -----

--- As minhas intervenções não têm um carácter político e acho engraçado que às vezes nas nossas reuniões da Assembleia haja pessoas que só se sirvam delas como arma de arremesso político. -----

--- Eu acho que era interessante que todos nós fizéssemos um esforço de não vermos a política de uma forma quando estamos na oposição, podemos estar sempre a criticar o Governo que está em exercício como se daí não tivéssemos nenhum tipo de responsabilidade. -----

--- Eu tenho alguma dificuldade em perceber como é que há pessoas que fizeram parte do anterior Governo do PSD, que tiveram responsabilidades, alguns deles do distrito com secretarias de estado, que em determinadas matérias não tomaram posição nenhuma e hoje porque estão noutro papel conseguem vir apenas criticar aqueles que o fazem. -----

--- Acho que devíamos ter uma cultura política para percebermos de uma vez por todas que a responsabilidade que assumimos com os nossos munícipes tem que ser semelhante quando estamos na oposição ou no Governo. -----

--- Não acho intelectualmente correto que quando há pessoas que assumiram responsabilidades, nomeadamente muitos membros do PSD, que não tomaram posição relativamente à requalificação do IP3 e hoje quando tomam estas posições parecem que não têm nada a ver com aquilo que se passou. -----

--- la só pegar nisto para dizer ao Deputado de Castro Daire que a responsabilidade que temos que assumir do ponto de vista político tem que ser a mesma e gostaria de ter visto essa mesma defesa das diversas infraestruturas e intervenções na altura em que eram Governo. -----

--- Temos que ter alguma coerência naquilo que defendemos.-----

--- Em relação à moção em si naturalmente não temos nada contra. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Luís Ferreira, cuja intervenção se transcreve: “Em relação à moralização do discurso que aqui foi sugerida, permitam-me dizer que o seu autor fez exatamente aquilo que critica nas outras intervenções.-----

--- Aproveito para saudar o Deputado Pedro Alves pela iniciativa e por outras em que se envolveu no passado, pois sei o quanto sempre se empenhou em causas importantes para o nosso distrito. -----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente da Mesa e restante Mesa, Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Senhor Secretário Executivo e restantes presentes.-----

--- Vou prometer cingir-me áquilo que está em discussão, que é a moção.-----

--- Acho que devo ser porta-voz de testemunho do que se passo há relativamente pouco tempo, num órgão que se chama Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que foi criado por este Governo, onde eu tenho assento por representação de uma outra estrutura. -----

--- Dizer que esta preocupação nesta reprogramação dos fundos comunitários que eventualmente alguma coisa de más notícias pudesse vir para o Interior, foi por mim levantado e pedido secundado depois por outros parceiros nessa mesma reunião e que na altura estava presente o Senhor Ministro Pedro Souza Vieira que utilizou o termo: "Podem estar sossegados."

--- O que eu quero dizer com isto é que era uma preocupação transversal em termos de território e transversal também em termos das funções que as pessoas desempenham. -----

--- Portanto, dizer que esta moção que o Deputado Pedro Alves traz aqui e que já foi antecipada por aquela ação na Assembleia da República foi com toda a equidade, num timing certo, ainda bem que teve a decisão que teve e efetivamente estamos expectáveis e vamos acreditar de que o Governo vai cumprir na íntegra, que não haja um cêntimo deslocalizado do Interior do país. -

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: "Eu quero aqui agradecer todas as palavras de apoio a esta moção e dizer que a mesma é apenas o que nós achamos que é o sentimento da generalidade dos empresários, autarcas, das pessoas que vivem na região de Viseu. -----

--- Apenas nos limitámos aquilo que era a ação do Governo, o que vem sido feito. Porque há mais a fazer com fundos comunitários nomeadamente e todos sabem disto porque é público, utilizar fundos comunitários para mascarar desorçamentação que tem vindo a ser feita no Ministério da Educação e no da Segurança Social.-----

--- Queremos que os fundos comunitários sejam usados em matéria de coesão social e territorial e de competitividade, porque é para isso que eles foram aprovados.-----

--- Esperamos que na reprogramação que este Governo está a fazer consiga também pô-los ao dispor dos objetivos.-----

--- O Senhor Deputado, não vem fazer desta Assembleia uma associação cultural e recreativa, o Senhor é um eleito, é político, não venha dizer que não o é, porque senão não é candidata e não vem para aqui. Aqui fazemos política. Eu nunca fugi às minhas responsabilidades. Ninguém PSD não promete o que não pode cumprir. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Relativamente às acusações que fez de anteriores membros do Governo que saíram e nada fizeram, sempre o fizeram quando estavam e quando saíram do Governo e candidataram-se a câmaras municipais foi com o objetivo de defender o território. -----

--- A postura foi sempre a mesma, vestir a camisola da região e do concelho. -----

--- Isto que fique bem claro!-----

--- Da minha parte, ao que me toca, eu não tenho problema em dizer que faço o que posso e aquilo que sei. Vou ao contacto com as pessoas. Estive na Estrada Regional 225, falei com as pessoas, reuni com a Secretaria de Estado.-----

--- Quem é que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de dois mil e dezasseis? Quem é que garantiu que a estrada já pudesse estar hoje totalmente requalificada? Estavam previstos em plano 3,5 milhões de euros e a começar já em dois mil e dezasseis. -----

--- Quem retirou verba às Infraestruturas de Portugal?-----

--- Foi o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista “Os Verdes”. O Governo.-----

--- Quanto à autoestrada Viseu-Coimbra. Se no passado não foi feita, o Senhor deve ter um problema de memória certamente, estivemos quatro anos dos quais três, estivemos a pagar e a cumprir com um plano de ajustamento financeiro, onde era proibido fazer investimento público. Em que de três em três meses éramos obrigados a atingir objetivos que eram propostos por quem financiava o país, por quem lhe pagava o seu vencimento, Senhor Deputado. -----

--- Por isso, não venha agora dizer que não fizemos nada. -----

--- No tempo após a saída limpa, que todos diziam que era impossível, conseguimos reprogramar os investimentos públicos, definimos uma estratégia para um Portugal melhor. ---

--- Hoje em dia um português olha para o futuro e não sabe o que será Portugal daqui a cinco anos. Porque estamos, mais uma vez, reféns de clientelas eleitorais. -----

--- Por isso quando falamos de responsabilidades, cada um tem que assumir as suas. -----

--- Eu acho que este esquiço que está aqui a ser apresentado hoje, ou que foi apresentado na sexta-feira, é muito pouco para a região. Merecemos muito mais. Se os outros têm, porque também não haveremos de ter?! -----

--- Sabe como se resolve à socialista? Vou explicar-lhe rapidamente.-----

--- Havia um ministro das obras públicas que hoje anda muito preocupada com a requalificação do IP3, mas quando foi ministro das obras públicas, zero...mas depois foi trabalhar como CEO de uma empresa privada, por acaso aquela que tem mais concessões de autoestradas, era a favor da parceria público-privada, cancelando o concurso público que havia para a autoestrada Viseu-



Coimbra, integrando-a no consórcio de autoestradas do Centro, que por acaso ia dar à A13 que era um consórcio da Mota Engil. -----

--- Foi chumbado pelo Tribunal de Contas. Sabe porquê? -----

--- Porque em vez de setecentos milhões de euros passou a custar mil e quatrocentos milhões de euros. -----

--- Antes a autoestrada era importante, hoje não o é e qualquer coisa serve. -----

--- Para mim, não serve qualquer coisa. -----

--- Os portugueses, os viseenses, merecem melhor. Nós temos que estar aqui e exigir melhor. -

--- Mas desconfio da boa vontade deste Governo, porque quando não há dinheiro, vamos ser claros, para comparticipar quinze por cento de um investimento numa escola pública, têm que pedir aos municípios para o fazerem, ou para um centro de saúde... -----

--- A responsabilidade é do Estado Central. -----

--- Quando não há mil euros para reparar torneiras, dez mil euros para reparar um elevador, como é que é possível depois pensar que somos todos tontos?! -----

--- Não somos, Senhor Deputado. -----

--- Por isso estamos aqui para fazer política e a proposta que aqui hoje apresentamos tem o mesmo objetivo que todos defendemos, que é defender o interesse de quem cá vive. -----

--- Há aqui um instrumento claro para combater a desertificação e são estes fundos comunitários. Se forem desviados para a Metro de Lisboa, do Porto ou da Linha de Cascais? Eu não acho bem e por isso mesmo se estamos todos em sintonia. -----

--- Eu não venho aqui fazer politiquice. Faço política séria. Reivindico sempre para a minha terra independentemente de quem está a governar.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a moção a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimentos todos os presentes, felicitando especialmente o Presidente de Carregal do Sal, nosso anfitrião. -----

--- É muito breve aquilo que eu aqui trago. -----

--- Para dizer que não me esqueci da Assembleia extraordinária que tivemos a propósito dos incêndios e na sequência da interpelação que na altura fiz na minha intervenção, em que questioneei diretamente o Professor Veiga Simão em que ele muito diretamente me disse que

não respondia em relação às casas de Vouzela. Eu ainda insisti mas ele disse que não debatia aquilo comigo.-----

--- Ora, à data da realização da Assembleia não existia nenhuma casa em Vouzela pronta. Foi isso que eu vi com os meus próprios olhos e comigo todos os Deputados da Assembleia Municipal de Vouzela, inclusivamente um membro que esteve convidado na Mesa, o Eng.º Viriato Garcez.-----

--- Passado algum tempo e não, com certeza, pelo mérito da minha intervenção, foi amplamente noticiado que finalmente foi terminada a primeira casa em Vouzela.-----

--- Portanto eu não estava equivocado. Fui ver no local, ao território. O Senhor que aqui esteve, com todo o respeito, é um quadro sim, mas é um funcionário público. É pago com os meus impostos. Ele não pode recusar-se a debater isto comigo ou a responder, atendendo à minha posição aqui que é de Deputado duplamente eleito, sou contribuinte, nunca trabalhei para o Estado, não tenho mordomias como a ADSE...-----

--- Numa casa de democracia, recusou-se a dar-me uma resposta. É uma pessoa que não tem sentido de Estado e que devia estar a fazer outra coisa qualquer.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Durante este período foram postas algumas questões ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e como algumas também podem ser dirigidas ao Senhor Secretário Executivo.-----

--- Assim eu queria começar por agradecer ao Senhor Presidente de Carregal do Sal por agradecer a forma como fomos recebidos e dizer-lhe que é com muito prazer que aqui estamos.

--- Vou fazer isto na qualidade do cidadão que esta Assembleia elegeu como Presidente da Assembleia e não na minha qualidade pessoal e vou-me referir ao que se passou hoje de manhã.

--- Eu sei que não há nenhuma intenção nisto e estou a dizê-lo aqui de forma frontal e também não foi por acaso que aqui quis ler o pedido de parecer que foi feito em relação às senhas de presença, que achei que não foi a melhor solução e a consideração que deve ser merecida pela Assembleia Municipal, não pelo cidadão Rui Alberto dos Santos.-----

--- Que hoje de manhã, havendo uma conferência de imprensa por causa da questão do IP3, organizada conjuntamente com a CIM, pela AIRV e acho muito bem, o Presidente da Assembleia Intermunicipal, que por acaso sabia por outra via que havia a conferência de imprensa. Acho no entanto, surpreendente em nome e pela dignidade desta Assembleia, que o seu Presidente não tivesse sido convidado a estar presente.-----



--- Não ando à procura de nenhuma medalha de cortiça, nem nenhuma condecoração, mas acho que o respeito institucional dos órgãos justificaria que o Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões tivesse sido convidado.-----

--- Não queria deixar de dizer isto à frente das pessoas, porque é bom que se fique a saber.----

--- Enquanto for Presidente desta Assembleia tenho a minha visão do que é a dignidade da mesma e defendê-la-ei sempre.-----

--- Se sou convidado para tantos eventos pela CIM, penso que deveria ter sido convidado para esta conferência pela importância e carácter da mesma.-----

--- Eu não, a Mesa da Assembleia.-----

--- Manteremos sempre a máxima cooperação institucional e a consideração mantém-se.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimento Senhor Presidente e Mesa, assim como os Senhores Deputados e todos os presentes.-----

--- Sejam bem-vindos a Carregal do Sal!-----

--- Aproveito para vos convidar a todos para o jantar.-----

--- Eu começaria exatamente pela última questão.-----

--- Não há qualquer intenção ou má intenção em não convidar o Senhor Presidente para a conferência da imprensa.-----

--- As atividades que a CIM tem realizado o Senhor Presidente é sempre convidado e infelizmente até penso que nunca esteve presente em nenhuma delas.-----

--- Mas sinceramente, eu tenho feito conferências de imprensa aqui na Câmara e nunca convidei o meu Presidente da Assembleia Municipal.-----

--- Efetivamente nunca foi prática da CIM convidar o Presidente da Assembleia Intermunicipal para as conferências de imprensa, mas de futuro iremos avaliar essa situação.-----

--- Relativamente às questões que nos foram aqui colocadas, eu começaria pelo Senhor Deputado Mota Faria.-----

--- Todas estas questões que aqui colocou estão relacionadas com proteção civil e como nós temos um ponto na agenda da ordem de trabalhos sobre esse tema e para não estarmos a responder a algumas questões e daqui bocado responder a outras e deixaríamos então para o ponto da ordem de trabalhos.-----

--- Relativamente à situação do hospital de Viseu, é uma situação em que a CIM não tem um contacto direto com o Ministério da Saúde e até agora nunca nos tinha sido levantada essa questão, pelo menos comigo.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Nós gostaríamos que nos fizessem chegar um documento onde nos elucidassem exatamente sobre o ponto da situação.-----

--- Para podermos enviar algo ao Ministério da Saúde teremos que estar bem documentados, todas as necessidades do Hospital e assim nós com certeza não teremos qualquer problema em colocá-las ao Senhor Ministro e em pedir-lhe uma audiência e numa próxima Assembleia dar as explicações que também nos forem dadas. -----

--- Relativamente à questão mais direta que colocou que é a radioterapia, aquilo que lhe posso dizer é aquilo que saiu nas notícias em tempos e que ainda hoje estão na Internet, que o Secretário de Estado Mário Delgado em julho de dois mil e dezassete anunciou que ia avançar com o projeto e que em dois mil e dezanove abriria a Unidade de Radioterapia.-----

--- Por aquilo que sei e penso que pouco ou nada foi feito e penso que abertura não será tão breve como seria do interesse de todos nós.-----

--- Penso que as questões mais diretas que foram colocadas foram estas. -----

--- Relativamente ao IP3 e à Linha Beira Alta os Senhores Deputados estão ao corrente de toda a situação.-----

Foi-nos transmito pelo Senhor Ministro na reunião de sexta-feira que viria, num curto prazo, à CIM Viseu Dão Lafões e à CIM de Coimbra para dar mais pormenores sobre este anúncio.-----

--- Falámos também ao Senhor Ministro da questão do IC12 e da EN225 em direção a Castro Daire. Foram os assuntos que foram tratados nessa reunião. -----

--- Estou à disposição para o caso de pretenderem mais alguma informação.”-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.”-----

--- Ordem do Dia -----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2017, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, tendo o mesmo passado a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Senhor Presidente e restante Mesa o Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal e



Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM, o Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire e Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, todos os Senhores e Senhoras Deputados. -----

--- Cumprimento, também, o Dr. Vítor Simões que é o Revisor Oficial de Contas da CIM e o Dr. Pedro Mota e Costa, consultor da CIM na área das finanças locais. -----

--- Vou ser breve na apresentação. -----

--- Foram remetidos aos Senhores Deputados todos os documentos de prestação de contas. ---

--- Penso que temos um relatório de gestão bastante escarpado, um documento detalhado e com registo fotográfico de muitas das atividades e dos projetos que foram desenvolvidos durante o ano de dois mil e dezassete. -----

--- Nesta apresentação vou salientar algumas áreas de intervenção da CIM, que pelo seu carácter estratégico para a Comunidade Intermunicipal e, também, por decisão política dos Senhores Presidentes, que importa realçar. -----

--- Desde logo, o caminho que a CIM tem vindo a fazer, juntamente com os seus municípios no domínio da modernização administrativa. -----

--- É um caminho que orgulha a Comunidade Intermunicipal e todas as câmaras municipais. ---

--- Desde dois mil e nove que a CIM tem uma política de intervenção e durante o ano de dois mil e dezassete vimos aprovada mais uma candidatura ao Portugal2020, com uma dotação FEDER de 2,3 milhões de euros e que estamos neste momento a iniciar a sua execução. -----

--- Neste projeto de modernização administrativa destaca-se uma estratégia no domínio da gestão territorial e que tem a ver com o SIG Intermunicipal e que é um sistema à escala dos catorze municípios, assente em tecnologia *open source*. Isto quer dizer que libertámos os municípios da CIM de software proprietário e dos custos inerentes. -----

--- Dar nota, também, da nossa Central de Compras que agrega um conjunto de aquisições de serviços e de bens do conjunto dos municípios, com poupanças significativas. Esta Central está disponível para outras entidades sem fins lucrativos da região que se queiram associar, facto esse que se tem vindo progressivamente a verificar. -----

--- Também no domínio da modernização administrativa, um projeto piloto a nível nacional, é o centro de competências para a gestão de vias, que estamos a desenvolver em conjunto com a Infraestruturas de Portugal e que nos permite, hoje, ter o cadastro completo de toda a rede viária dos catorze municípios. -----

--- Isto permite vai permitir com a capacitação que fizemos dos técnicos na área do SIG e na área do SGPAV ter as estradas digitalizadas e prever o desgaste que elas têm hoje e qual a previsão do desgaste que podem vir a ter no futuro. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Aquilo que não é medido não pode ser bem gerido e o que nós pretendemos com esta aplicação é intervir a tempo no âmbito da mobilidade territorial e da mobilidade urbana. -----

--- Continuando, ainda, no âmbito da modernização administrativa, a capacitação dos técnicos municipais, com formação em áreas diversas durante o ano de dois mil e dezassete foi uma realidade. -----

--- Uma área importante e vamos ter um ponto próprio na ordem de trabalhos e que é a área da mobilidade e dos transportes, dar nota que no ano de dois mil e dezassete encerrámos todo o processo jurídico e administrativo de competências na Comunidade Intermunicipal de acordo com o novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transportes de Passageiros. -----

--- O que era feito pelo IMT passa a ser feito pelos municípios ou pelas comunidades intermunicipais. -----

--- Houve delegação completa dos treze municípios na CIM e uma delegação parcial por parte do Município de Viseu, tendo já sido assinados todos os contratos interadministrativos e aprovados pelo IMT. -----

--- Na área da promoção territorial e da atratividade do território dar nota do trabalho que temos desenvolvido no âmbito da submarca Viseu Dão Lafões com os nossos municípios e com a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal. -----

--- Aqui dar nota da aposta clara no turismo de natureza da nossa região que assenta nos percursos pedestres, nas Ecopistas do Dão e do Vouga e num novo produto que está a ser desenvolvido que são as Subidas Épicas em que a CIM vai sinalizar subidas no nosso território como o Caramulo e como o Montemuro. -----

--- Amanhã iremos firmar, na presença do Senhor Ministro da Economia, contrato com o Turismo de Portugal para a transformação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga, um projeto há muito ambicionado pelos municípios de Oliveira Frades, São Pedro do Sul, Viseu e de Vouzela com um investimento que ultrapassa os três milhões de euros e que vai ser financiado através do Programa Valorizar. -----

--- Em Viseu junta-se à Ecopista do Dão e são mais sessenta e cinco quilómetros que se acrescentam à Ecopista do Dão e aqui, dizer também, todo o trabalho estratégico que fizemos com a CIM de Coimbra, porque através do financiamento da Ecovia do Mondego que liga Penacova, Mortágua e Santa Comba Dão, e que na Estação do Vimieiro liga à Ecopista do Dão, pelo que iremos passar a ter uma das maiores ecopistas da Península Ibérica e, por esta via alavancar, cada vez mais, este produto de turismo de natureza. -----

--- Através também da operação e do mercado internacional a Ecopista do Dão e do Vouga estão na rota dos *Portuguese Trails*.-----

--- Outro projeto paralelo a este é a Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões que foi possível conciliar e consensualizar entre os catorze municípios na rede de percursos pedestres uma sinalização uniforme.-----

--- Outro projeto muito caro por nós é o Empreendedorismo nas Escolas, em que já vamos na sétima edição e nomeadamente o da Rede Regional de Empreendedorismo. Um trabalho feito de forma sistemática e organizada com a AIRV, com o sistema científico e tecnológico, o IPV, o Piaget e a Católica.-----

--- Este ano introduzimos o Empreendedorismo nas Escolas desde o primeiro ao terceiro ciclo, está no ensino secundário e profissional e este é o ano em que regista um maior número de professores e alunos envolvidos.-----

--- Dar nota do trabalho desenvolvido com a AIRV no âmbito do SIAC, em que a AIRV é copromotor da CIM e referir que o Concurso Nacional de Ideias de Negócio que lançámos em dois mil e dezassete e que veio substituir o Prémio de Inovação e Empreendedorismo da AIRV.

--- Continuaremos a valorizar os recursos territoriais da CIM, na perspetiva de termos uma economia mais comprometida com o nosso território e com a nossa região e que tem a ver com o trabalho piloto que iniciámos na região com uma fileira importante que é valorização da floresta, a valorização da pinha e do pinhão.-----

--- Um trabalho que queremos continuar a desenvolver com outros produtos da região, como seja a laranja, os cogumelos, os resíduos do vinho e da vinha.-----

--- Temos desenvolvido este trabalho com a Plataforma de Sevilha, da Comissão Europeia.-----

--- No domínio da proteção civil em que há, também, um ponto próprio na ordem de trabalhos, dar nota que durante o ano de dois mil e dezassete demos um bom arranque à nossa plataforma de emergência de proteção civil Intermunicipal.-----

--- Referir, também, que até ao final do mês de maio apresentaremos o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, que realizámos em conjunto com os catorze municípios e com um conjunto de *stakeholders* do nosso território e de fora da região.-----

--- No domínio da educação dar nota da candidatura de Promoção do Sucesso Educativo. Foi candidatada em janeiro de dois mil e dezassete, aprovada em setembro e está hoje no terreno um projeto que foi possível conciliar na rede da educação que a CIM tem a funcionar, em que o parceiro-chave desta rede é a DGESTE.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Um projeto de cinco milhões de euros e conseguir consensualizá-lo com os agrupamentos de escolas, com os municípios e com os centros de formação de professores é preciso de facto um trabalho muito aturado, organizado com todas estas entidades, mas que hoje está no terreno em muitos municípios e que está a permitir, já hoje, ter em muitas escolas equipas multidisciplinares, técnicos especializados no domínio da terapia da fala, no apoio à família.----

--- Tem um conjunto de apetrechamentos ao nível da sala de aula ao nível das tecnologias de informação e comunicação, sendo que estas TIC sempre associadas a novas metodologias de ensino e de aprendizagem. -----

--- Neste domínio realçar, também, que fomos CIM piloto, tivemos esse arrojo há quatro anos atrás, hoje as vinte e três comunidades intermunicipais e duas áreas metropolitanas já o fazem. Fazer o ordenamento da rede de cursos profissionais na nossa região, fazendo o necessário ajustamento que é a oferta formativa das nossas escolas e o que é a procura em termos de mercado de trabalho das nossas empresas.-----

--- Muito ainda há a fazer nesta área nomeadamente o ajustamento necessário entre a oferta de cursos profissionais e no domínio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, mas muito trabalho já tem sido feito ao longo dos últimos anos.-----

--- Dar nota que tendo em conta as novas dimensões do trabalho Intermunicipal do Portugal 2020, em áreas que outrora os municípios não estavam muito habituados a trabalhar, no domínio da coesão social, educação, a CIM em função disso tem uma plataforma de cooperação institucional organizada em redes onde nós tentamos consensualizar projetos e intervenções nesse domínio.-----

--- Refiro-me à rede da qualificação e mercado de trabalho em que o nosso parceiro-chave é o IEFP, refiro-me à rede da coesão social em que o nosso parceiro é Centro Distrital da Segurança Social de Viseu e onde é possível hoje nós termos projetos consensualizados com as IPSS do território e com as câmaras municipais, no domínio dos cuidadores informais, onde temos uma candidatura praticamente pronta para apresentar, no domínio da saúde mental e da demência. Isto é um trabalho que sai da rede de coesão social, onde o Centro Distrital da Segurança Social tem dado uma prestigiosa colaboração enquanto parceiro-chave desta rede.-----

--- Referir, ainda, a rede de emprego, empresas e empreendedorismo em que o parceiro-chave é a AIRV. -----

--- No tocante aos projetos demorei algum tempo, mas acho que também é importante aqui fazer uma referência aos mesmos.-----



--- Relativamente à situação económico-financeira da CIM, de uma forma rápida, a CIM encerra o ano com um saldo que ultrapassa 1,4 milhões de euros. Comparando em período homólogo do ano passado não há nenhuma situação a realçar relativamente a esse ponto. -----

--- Como no passado já terminou com resultados líquidos negativos este ano passa com resultados positivos, mas considero isso irrelevante tendo em conta a atividade da Comunidade Intermunicipal. -----

--- A estrutura de custos da CIM continua a apresentar um peso significativo na rubrica de fornecimentos e serviços externos, que representa quase setenta e oito por cento da estrutura de custos e porquê? -----

--- Porque há um conjunto de trabalhos especializados que têm que ser subcontratos pela Comunidade Intermunicipal, que têm que ser externalizados porque a CIM não tem recursos, nem competências internamente para fazer esses trabalhos e a título de exemplo posso dar nota do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, a CIM teve que se socorrer de um consórcio, onde está o CEDRU, a Universidade de Aveiro, para implementar esse Plano. ----

--- Posso dar nota dos trabalhos dos sistemas de informação geográfico, de toda a assessoria que neste momento a CIM tem que ter no domínio da mobilidade e dos transportes, consultoria técnica para a definição a rede e jurídica para a assessoria para a definição das cláusulas jurídicas do caderno de encargos. -----

--- Salientar que grande parte ou a maioria destas despesas estão suportadas em financiamento comunitário do lado da receita. -----

--- Relativamente à execução e à análise orçamental da execução a receita e da despesa da Comunidade Intermunicipal, apenas uma nota à execução da receita, porque do ponto de vista político muitas vezes a execução orçamental do lado da receita medido em termos de execução das Grandes Opções do Plano e essa análise que é feita muitas vezes em sede de aprovação das contas de gerência do lado dos municípios, da CIM é diferente. -----

--- E dizê-lo que a CIM trabalha numa ótica de projetos intermunicipais, financiados em fundos comunitários e muitos anos e este também não foge à regra, a execução do lado das Grandes Opções do Plano é medido em função das aprovações Portugal2020. -----

--- Registou-se durante o ano de dois mil e dezassete, atraso, grande, na aprovação das candidaturas, a modernização administrativa só foi aprovada no final do ano, a promoção do sucesso educativo foi aprovada em setembro e depois em função disso, também, do ciclo político das eleições autárquicas de outubro e conseqüente tomada de posse do Conselho Intermunicipal, pelo que há muitos projetos que estavam sinalizados em termos de orçamento

após a aprovação das candidaturas e que apenas vão ter agora, durante o ano de dois mil e dezoito, a necessária execução física e financeira.-----

--- Para concluir, referir que a CIM transita com uma execução orçamental no mapa de fluxos de caixa de cerca de trezentos e sessenta mil euros, que mais à frente em sede de outro ponto da ordem de trabalhos vos vamos pedir para aplicar em sede de proposta de revisão orçamental, para o exercício de dois mil e dezoito.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, restante Mesa, assim como todos os presentes nesta Assembleia.-----

--- Relativamente a este ponto e já é corrente a minha vinda aqui e faz-me lembrar um ditado popular: “No melhor pano cai a nódoa.” Aqui apetece-me dizer que aqui continuamos a ter o que nós entendemos ser a nódoa, sem lhe dar esta força da palavra, mas efetivamente entendemos que não está correto.-----

--- As informações que tenho é que estes valores que foram herdados pela Assembleia Distrital efetivamente não deveriam estar anexas, mas têm que fazer parte das próprias contas.-----

--- Relembro que cada um de nós aqui presente é responsável pessoalmente pela aprovação destas mesmas contas, pelos seus atos e pelo seu sentido de voto manifestado aqui nesta Assembleia e por isso é que há um registo nominal da votação e porque efetivamente devemos ter um trabalho sério, de coerência e é importante sairmos daqui com a consciência tranquila.

--- Este ponto para nós, não está suficientemente claro.-----

--- Inclusive, se me permite, no documento feito pelo Revisor Oficial de Contas, certificação legal das contas, tem aqui um ponto que se chama “ênfase” e passo a ler: “Sem afetar opinião... estão divulgadas nas notas 8.2, 8.2.3 e 8.2.14 os efeitos das demonstrações financeiras de correntes do reconhecimento inicial em dois mil e quinze da transferência da universalidade patrimonial da Assembleia Distrital de Viseu...”.-----

--- Portanto continuamos com aquilo que estará menos bem e não pode ter o meu voto favorável, o facto de elas não serem incluídas, como entendemos que deveriam ser.--

--- Opiniões de pessoas amigas revisoras oficiais de contas têm-me dito que deveriam estar ao que a posição do oficial da CIM não coincide. São opiniões!-----

--- Conforme tenho vindo a referir e enquanto aqui estiver referirei sempre, enquanto as contas não forem devidamente integradas como entendo que deve ser, haverá um voto nosso contra.”

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente a este ponto eu gostaria de dizer que não obstante mesmo daquelas pessoas que de algum modo gostam destas matérias e até as leem com algum deleito e com



algum sacrifício muitas vezes porque são documentos extensos, eu gostaria de dizer que compreendo porque é que alguns municípios maiores, alguns Deputados acabam por ter algumas assessorias para a compreensão dos mesmos.-----

--- O que quero dizer com isto é que muitas vezes o facto destas contas serem auditadas por empresas a quem reconhecemos deontologia e capacidade para o fazer, dão-nos de algum modo algum conforto no voto, como aqui foi dito e bem, é individual.-----

--- Este relatório de contas que aqui discutimos no que me diz respeito e ao Grupo do Partido Socialista, conforta-o esse mesmo relatório e essa mesma análise.-----

--- Não sou completamente imune à questão que aqui foi levantada pelo Senhor Deputado e até porque isto é uma questão que vem desde dois mil e quinze e a única coisa que me conforta é que sendo uma questão complexa, eu próprio acho que é uma questão que terá que ser resolvida e deixar de constar desta forma, no entanto eu reconheço que este relatório e este parecer é para mim mais confortável do que já aconteceu noutras situações.-----

--- Quando eu digo que é mais confortável quer dizer que não tenho o mesmo entendimento sobre este ponto, com a ênfase que foi dada aqui pelo Senhor Deputado e como é evidente respeito essa interpretação.-----

--- Não dou a mesma interpretação quando disse: "...sem afetar a opinião", chamamos a atenção para o seguinte: o facto de essa demonstração ser feita nos pontos que estão aqui e nas notas divulgadas que aqui aparecem, digamos que me deixa mais confortável nessa apreciação. Quando do ponto de vista global dessa apreciação é feita não são encontrados aqui, digamos que contradições que possam obstar a isso.-----

--- É evidente que isto pode levar a algumas opiniões e é óbvio que com o voto favorável que dou e em consciência, vai ter que um dia ser resolvido de alguma forma, para evitarmos que haja algum desconforto na votação que se faz.-----

--- A mim conforta-me o facto de as demonstrações me parecerem rigorosas e sem grande problema e sobretudo conforta-me na certificação legal destas contas feita por especialistas na matéria, ser dito que: "...as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais a posição financeira da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e o seu desempenho financeiro relativos ao período findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, o chamado POCAL."-----

--- O que eu queria dizer é que não querendo desvalorizar aquilo que se passa com a transferência ou doação da universalidade do património da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM, não querendo desvalorizar que vai ter que mais cedo ou mais tarde ser encontrada uma

solução para isso, parece-me que os argumentos apresentados dão algum conforto para que o nosso voto possa ser favorável.-----

--- Outro ponto e ao qual gostaríamos que nos fossem dadas mais informações é aquilo que diz respeito à execução orçamental global quer da despesa quer da receita no exercício de dois mil e dezassete.-----

--- O facto de a despesa ter atingido os 40,89% do ponto de vista da execução e a receita ficar pelos 47,84%, eu diria que carece de alguma explicação adicional.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: “Eu começaria aqui por uma questão que é política e depois técnica.-----

--- Não se pode desvalorizar numa certificação e aprovação de contas, logo à partida questões, quando há um elemento do Conselho Intermunicipal que vota contra, legitimamente, apresentando a sua declaração de voto. Esse elemento é o Município de Viseu. Votou contra as contas.-----

--- Por isso não é um facto simples e certamente temos que também perceber que há uma fundamentação, é uma declaração de voto. -----

--- Independentemente muitas vezes da elaboração das contas há também uma situação de certificação das contas, há também uma questão de ordem política na decisão. -----

--- Há situações que ainda não são completamente clarificadas.-----

--- Nós não podemos estar desde de catorze de novembro de dois mil e catorze baseados sempre em princípios de prudência e de realização.-----

--- Este é um assunto em que as pessoas foram mandatadas para resolver e aquilo que também teríamos que perceber todos são as démarches que foram feitas até porque por compromissos e solicitações que deveriam ser feitas, quais são as razões para este problema da indivisibilidade ainda não ter sido resolvido.-----

--- O problema tem a ver com as quotas que não foram pagas de municípios, o que é que foi feito e que contactos se estabeleceram...-----

--- Já vamos para quatro anos e isto tem que ser clarificado política e tecnicamente.-----

--- A declaração de voto já foi lida e há aqui um problema técnico, político e há fundamentalmente um problema de justificação de quatro anos. -----

--- Independentemente dos pareceres pois também sabemos que as respostas têm a ver com a questão que é colocada.-----

--- Há qui um município, que é o meu, que vota contra e eu sou solidário com o meu município e irei votar contra.-----



--- Em termos de Assembleia eu gostaria de ser clarificado porque é que passados quase quatro anos continuamos a ter prudência na elaboração destes documentos.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vítor Fernandes, cuja intervenção se transcreve: “Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes elementos da Mesa, cumprimento o Senhor Presidente do Conselho e na sua pessoa os restantes elementos do Conselho aqui presentes, cumprimento todos os colegas e todos os presentes. -----

--- Eu só venho aqui acrescentar um pormenor. No essencial tudo o que foi dito tenho que concordar com o que ouvi.-----

--- Também eu tenho dito que esta situação já tinha tempo de se resolver. -----

--- Isto já se arrasta do passado e tem haver, para que todos tenham uma visão mais completa, com o património que era da Assembleia Distrital e que foi passado para a CIM. -----

--- Esse património suscita algumas dúvidas quanto à sua correta contabilização e penso que é isso que está na origem para estes valores estarem como estão a ser tratados. Sendo que aqui há um outro pormenor que é o seguinte. A Assembleia Distrital em princípio, penso eu, teria sido extinta, quando se deu esta transição do património, no entanto, ainda continua a ser convocada para resolver a situação. O que me parece a mim desadequado.-----

--- Eu só venho aqui acrescentar que sendo uma situação delicada e urgindo que se esclareça e partindo eu do princípio que a Assembleia Distrital está extinta, terá que ser a CIM a tomar uma decisão. -----

--- Decisão essa que todos nós sabemos que não será pacífica, há-de causar sempre dano, há de haver sempre quem fique em desacordo. No entanto a pior solução será o adiamento.-----

--- O desacordo haverá sempre e no futuro ainda iremos ser confrontados por causa de indemnizações e juros pelos atrasos, eventualmente. -----

--- Não sei qual será a decisão, mas dada a situação urge de facto que ela se resolva o mais rapidamente possível.-----

--- O que eu queria aqui de facto acrescentar era a necessidade de urgência em se tomar uma decisão para, penso eu, evitar problemas que por vezes o tempo agrava.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: “São duas as razões que me levam aqui hoje neste momento falar.-----

--- Em primeiro lugar seria muito curto resumirmos um debate sobre esta matéria às contas da antiga Assembleia Distrital. O trabalho que foi desenvolvido neste último ano pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, muito destacado pelo Secretário Executivo. É muito curto constar em ata apenas a questão da universalidade da Assembleia Distrital. -----

--- Acho que é importante realçar o trabalho dos catorze municípios, o trabalho do Secretário Executivo, o trabalho do atual Presidente do conselho. E é importante dizer que ainda nem está decidido quem é o Presidente da Comunidade Intermunicipal e, que apesar disso, o Senhor Presidente e os Senhores Vice-Presidentes têm trabalhado como se não houvesse amanhã. ----

--- Importa-me a mim realçar o trabalho que foi feito nos últimos anos. Importa fazer aqui um comparativo: se os nossos catorze municípios estariam melhor ou pior se não houvesse Comunidade Intermunicipal, ou seja, se apenas existisse cada um dos catorze municípios, se estaríamos na mesma ou, se pelo contrário, esta Comunidade veio acrescentar valor. -----

--- Eu acho que esta Comunidade veio acrescentar valor e muito valor! -----

--- Na área da educação, na área social, na formação... ao longo destes anos esta Comunidade acrescentou valor aos municípios e importa realçar e reafirmá-lo.-----

--- Outra questão é a da universalidade que foi transmitida pela Assembleia Distrital de Viseu e, convém dizer, que efetivamente ela não foi extinta. Continua a ser um órgão previsto na Constituição da República Portuguesa e, enquanto não for revista, este órgão existe. É um órgão composto pelos vinte e quatro Presidentes de câmara, pelos vinte e quatro Presidentes de Assembleia e por vinte e quatro Presidentes de junta eleitos nas respetivas Assembleias municipais. -----

--- Não tem é, efetivamente, quadros, não tem funcionários, não tem orçamento, não tem receitas e não tem despesa. -----

--- Não é um nado morto, mas é uma situação que resulta da última revisão das competências legais da Assembleia distrital. -----

--- Também é preciso dizer que esta Assembleia distrital durante anos não aprovou contas. Não havia quórum, não aprovava contas.-----

--- Durante anos houve municípios que foram pagando as suas quotas e outros que deixaram de as pagar. -----

--- Nas últimas reuniões da Assembleia distrital em se discutiu e se deliberou sobre a transmissão da universalidade houve duas propostas em cima da mesa. Uma era a transmissão dessa universalidade ao Município de Viseu e outra era a transmissão dessa universalidade à CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- E apesar de já ter sido convocada fora de tempo e apesar de sabermos que essa deliberação já não vinculava juridicamente o governo, a Assembleia distrital decidiu, na altura, transmitir essa universalidade à CIM Viseu Dão Lafões e o Governo, na altura o Senhor Secretário Estado António Leitão Amaro, decidiu que essa universalidade efetivamente seria transmitida à CIM



Viseu Dão Lafões. Não por força daquela deliberação da Assembleia porque ela já não teria vínculo jurídico, mas apenas vínculo político, e essa universalidade foi transmitida à Comunidade Intermunicipal.-----

--- Dessa universalidade faziam e faz parte património, nomeadamente a sede, a revista, direitos e também faziam parte alguns créditos sobre autarquias que deixaram de pagar as suas quotas a partir do momento em que entenderam que a Assembleia distrital não tinha efetivamente poder nenhum.-----

--- Aqui há que distinguir duas questões. Uma é a questão política e outra a questão jurídica da decisão do que fazer com essa universalidade, ou seja, vamos chegar a uma altura em que é preciso decidir efetivamente. Há municípios que devem ou há os que têm a receber.-----

--- Essa decisão, essa questão, tem que ser resolvida mais cedo ou mais tarde e efetivamente já lá vão quatro anos e nada foi feito.-----

--- Eu sei que não é uma matéria fácil. Convencer Armamar ou Sernancelhe ou outro concelho que não faz parte da CIM, que deve dinheiro, não vai ser fácil.-----

--- Mas a decisão foi tomada e a CIM aceitou essa universalidade, que até podia ter rejeitado.-

--- A CIM tem, de uma vez por todas, que chegar a um consenso. Primeiro obter os pareceres jurídicos e depois ter uma decisão política sobre esta matéria.-----

--- A decisão política vem depois. Agora tem que ter uma decisão contabilística. Do ponto de vista contabilístico a mim parece-me que a solução encontrada pela CIM nestes anos parece-me preencher os critérios contabilísticos.-----

--- São os pareceres do ROC, da Comissão Contabilística que dão validade a esta proposta de prestação de contas por parte da CIM.-----

--- É essa questão contabilística que estamos a analisar hoje e que, do meu ponto de vista deve merecer um voto favorável. Mas também não ficaria bem com a minha consciência se não recomendasse, pelo menos eu pessoalmente, enquanto membro desta Assembleia Intermunicipal, que a CIM de uma vez por todas resolvesse este assunto, para daqui a um ano não estarmos aqui a discutir novamente esta questão contabilística.-----

--- Nós não somos contabilistas, somos políticos e politicamente este documento parece-me merecer um parecer e um voto positivo.-----

--- A meu ver esta Assembleia, numa próxima reunião, deve recomendar ao Conselho a resolução deste problema, de uma vez por todas e para que numa próxima reunião da Assembleia este assunto não venha a ser novamente uma questão de dissonância nesta avaliação a prestação de contas.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Maria, cuja intervenção se transcreve:
“Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa e todos os presentes. -----

--- Eu vou-me deter numa análise sobre os princípios e sobre aquilo que vai levar à decisão do meu voto.-----

--- Talvez, por defeito profissional, eu analiso estas coisas das contas e dos orçamentos de acordo com os princípios contabilísticos e económicos. -----

--- É fundamentalmente nessa justificação e no porquê que vai ser feita a minha intervenção. -

--- A questão que estamos aqui a discutir não é “política”. O que eu quero dizer com isto é que a questão política se discute em sede de orçamento. Aí é que são tomadas as opções.-----

--- A prestação de contas é técnica e o que é uma prestação e contas? É um documento, é um relatório que vai dizer, no caso das empresas que é a minha especialidade, aos acionistas ou no caso das associações vai dizer aos sócios ou no caso destas entidades vai dizer aos membros eleitos, se aquilo que está nas contas corresponde ou não à realidade. -----

--- As pessoas que são membros de uma qualquer Assembleia não têm que saber contabilidade, não têm que saber se as contas estão certas ou não.-----

--- Então recorre-se a pessoas especializadas, creditadas para nos dar a segurança de que as contas que estamos a aprovar ou não, refletem a realidade. -----

--- A análise política será se a parte que foi referida no orçamento está ou não de acordo com aquilo que foi apresentado.-----

--- Portanto em sede de orçamento discute-se política e em sede de prestação de contas faz-se uma análise técnica, para determinar se refletem ou não a realidade.-----

--- O que acontece é que por vezes os auditores têm uma opinião geral e outras vezes apresentam um parecer globalmente positivo, mas que tem determinado ênfase ou reserva. --

--- Aquilo que se discute fundamentalmente é uma parte técnica. Isto aconteceu há três dias numa Assembleia em Santa Comba Dão em que o PSD votou contra a prestação de contas, porque simplesmente havia uma ênfase e nove reservas.-----

--- Portanto o que nós estamos aqui a verificar é se as contas refletem ou não a realidade. -----

--- Eu dizia na sexta-feira passada ao Senhor Presidente da Camara, que ficou estupefacto com um colega de bancada, que disse que ia fazer uma análise técnica, que fiquei estupefacto com a estupefação dele.-----

--- Mas aquilo que eu quero dizer com isto, é que não me conforta nada, ter uma opinião positiva, quando estamos perante umas contas com uma ênfase. É como ter uma “infeçõsita” e pode se agravar.-----

--- Por princípio eu nunca voto a favor, nem me abstenho, numas contas em que o relatório da pessoa que está especializada para aquilo deixa uma ressalva.-----

--- Na reunião de hoje aquilo que está em causa é a opinião técnica.-----

--- Hoje, de acordo com os meus princípios, votarei contra.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Para não estar a demorar é apenas para dizer que subscrevo inteiramente aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Telmo Antunes.-----

--- Considerando que há sempre aqui razões políticas e técnicas e aquilo com que posso concordar é que votando ou não, a Mesa decidirá, concordo que o relatório seja aprovado e que depois se possa fazer uma recomendação sobre alguns aspetos da dita ênfase.-----

--- O Partido Socialista está totalmente de acordo e reitero que votaremos a favor e também a favor dessa recomendação.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve:” De facto, esta questão já é abordada há três Assembleias intermunicipais e há um conjunto de questões que são sempre aqui colocadas e também há Senhores Deputados novos nesta Assembleia e, portanto, também vou história e falar um pouco do que foi esta transferência da universalidade da Assembleia distrital.-----

---A CIM recebeu uma transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu e, obviamente, logo tratou de fazer todo o trabalho para refletir a mesma logo no exercício económico de dois mil e quinze.-----

---A CIM recebeu da transferência um saldo em contas bancárias, um edifício a Casa do Adro, em Viseu e um conjunto de ativos financeiros, leia-se dívidas dos municípios associados da Assembleia distrital em função das suas quotizações, que totalizam 1,3 milhões de euros. Isto foi remetido para a CIM Viseu Dão Lafões numa folha A4 e com as contas expressas numa folha anexa.-----

--- Obviamente que fizemos o trabalho todo de verificação desses documentos, mas também havia um conjunto de ativos da Assembleia Distrital de Viseu que não vinham nesse anexo e que a CIM colocou na universalidade.-----

--- Havia um conjunto de espólio, de artesanato que a CIM inventariou, fotografou, etiquetou e que está todo no imobilizado e nas contas da CIM.-----

--- Não vinha a Revista Beira Alta! A CIM colocou-a nas suas contas.-----

--- Obviamente que para fazermos o registo da Casa do Adro fizemos a consulta das Finanças, da Conservatória, para colocar também no ativo o registo da Casa do Adro.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Portanto relativamente a estas dívidas de 1,3 milhões de euros, fomos verificar a sua exigibilidade, no sentido de questionar se a Assembleia Distrital nestes anos todos não conseguiu recuperar estas dívidas, é hoje a Comunidade Intermunicipal que as vai registar no seu ativo?!-----

--- E ao verificar essa exigibilidade verificámos que não havia contas correntes, não havia balancetes, não tinha contas aprovadas há mais de quinze anos. Fizemos a circularização pelos municípios e íamos às contas dos municípios que deviam e não batia certo.-----

--- Tivemos, inclusivamente, deliberações de executivos municipais em reuniões de câmara que devolviam as notas de débito à Assembleia distrital e que diziam que não tinham nada a pagar, porque a Assembleia distrital não reunia e não tinha nem orçamentos nem contas aprovadas.-

--- Outros devolviam as faturas dizendo que a fixação das quotas era para ser feito no orçamento aprovado. Ora não há orçamento, não há quotas. -----

--- Nada batia certo entre aquilo que estava expresso e as dívidas que estavam expressas na contabilidade dos municípios.-----

--- Obviamente que com todas estas questões a CIM tem vindo a desenvolver o seu trabalho ao longo dos tempos.-----

--- Concordo de facto em que esta situação já devia estar resolvida e tem havido um esforço e diligências junto das entidades para obter um parecer sobre a exigibilidade da dívida, porque só podemos colocar nas contas quando nos disserem que este ativo é exigível.-----

--- Houve uma Assembleia Distrital de Viseu em cinco de dezembro de dois mil e dezasseis, em que os membros da Assembleia Distrital solicitaram ao Senhor Presidente da Assembleia Distrital a convocação de uma assembleia extraordinária, para ver se naquele seio, com os vinte e quatro municípios presentes, era possível resolver a situação. -----

--- Não foi possível. Houve uma recomendação à CIM, no sentido de solicitar alguns pareceres e foi o que esta fez. -----

--- Relativamente à matéria contabilística e técnica, a DGAL a quem pedimos parecer, remeteu-nos um ofício que diz: "Considerando que as atribuições e competências de normalização contabilística do setor público estão a cargo da Comissão de Normalização Contabilística, remete-se em anexo, uma comunicação da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões para apreciação e respetivo parecer." -----

--- A Comissão de Normalização Contabilística emitiu esse entendimento à Comunidade Intermunicipal a dizer que o ofício da Comissão de Normalização Contabilística assim como diz o da DGAL que remeteu para a CIM é: "A quem compete nos termos do Artigo 3.º e 4.º do

Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho a emissão de orientações e apreciação de questões que lhe sejam apresentadas no domínio do Plano Oficial de Contabilidade Pública e dos planos setoriais enquanto estes se mantiverem em vigor.” -----

--- A Comissão de Normalização Contabilística diz: “não havendo firme entendimento de se estar perante um direito efetivo de receber os ativos, tais ativos não deverão ser reconhecidos na contabilidade da entidade enquanto se mantiverem as dúvidas expressas, devendo por isso manter-se a política contabilística até aqui adotada de divulgação em anexo como ativo contingente, sem prejuízo dos critérios a cumprir para o reconhecimento como ativo contingente”. -----

--- Após este parecer da Comissão de Normalização Contabilística a CIM obviamente não podem estar eternamente no anexo ao balanço e à demonstração de resultados. -----

--- A CIM teve no mês de março na Secretaria de Estado da Administração Local que agora está na esfera do MAI, no sentido que nos esclarecessem da exigibilidade destes créditos e fizemos essa incursão junto do MAI, tendo a CIM remetido um memorando para que os juristas do Ministério da Administração Interna pudessem auxiliar a CIM sobre esta questão. -----

--- Estando arrumada da nossa parte a questão contabilística do registo, mas não a da exigibilidade relativamente a isto. -----

--- É um pouco isto que eu vos queria dizer, também, para perceberem todas as fragilidades deste valor e todas as dúvidas e reservas que se colocaram relativamente a isto. -----

--- Eu pediria ao Senhor Presidente da Assembleia, se concordasse, que o Dr. Vítor Simões ou o Dr. Pedro Mota e Costa pudessem prestar alguns esclarecimentos, porque também foi falado aqui sobre a certificação legal das contas que foi emitida.” -----

--- Foi dada a palavra ao Dr. Pedro Mota e Costa, cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a todos e a todas. -----

--- Eu aqui tão só queria fazer um reforço. Subscrevi já nos três exercícios onde esta questão tem sido colocada esta solução, ou seja, o relatório de contas, o balanço é uma fotografia patrimonial face a conjunto de circunstâncias e a um contexto. -----

--- Face ao contexto a que esta universalidade foi transmitida, face áquilo que tudo antecedeu precisamente a essa transmissão, a não aprovação sucessiva de contas pela Assembleia distrital, a não aprovação de orçamentos e eu aqui lembrava que o diploma anterior, agora o novo regime jurídico das Assembleias distritais, determinava que a contribuição dos municípios era subsidiária, ou seja, só quando as receitas próprias dos meios próprios da Assembleia distrital

não fossem suficientes para poderem solver as suas obrigações é que subsidiariamente os municípios seriam chamados pela via da quota de funcionamento. -----

--- Aquilo que a universalidade demonstrou foi que mesmo estando em dívida um valor de 1,3 milhões de euros dos municípios associados ainda assim essa subsidiariedade não estaria verificada, porque mesmo assim foi à boleia da universalidade cerca de cem mil euros. -----

--- Ficou demonstrado que mesmo não havendo contribuições de todos ainda assim não havia uma obrigação adicional. -----

--- Do ponto de vista da solução técnica, a solução contabilística que foi adotada, que eu subscrevi e obviamente que foi um juízo profissional e enquanto professor universitário e consultor do Tribunal de Contas, portanto fiz um juízo profissional e foi isso que coloquei por escrito à Comunidade Intermunicipal. -----

--- Mas este ano parece-me que esta Assembleia tem um conforto adicional que é que a entidade competente, a quem a lei conferiu essa competência para emitir um parecer, fê-lo em tempo útil e, portanto, neste momento temos aqui uma peça adicional. -----

--- Face a estas circunstâncias, face a este contexto a política contabilística adotada, essa que está hoje em cima da mesa, esse relatório de contas é adequado. -----

--- Não quer isto dizer que se deve perpetuar até pelo contrário, a própria Comissão de Normalização Contabilística recomenda que sejam feitas diligências, como foram feitas e será dado conta, mas efetivamente face aquela circunstância esta fotografia patrimonial é adequada.

--- Eu não teria muito mais a acrescentar nesta matéria. -----

--- Coloco-me à disposição desta Assembleia se houver alguma questão adicional, mas seria isto que me propunha a dizer-vos.” -----

--- Foi dada a palavra ao Dr. Vítor Simões, cuja intervenção se transcreve: “Apresentar os meus cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo da CIM e a todos os membros da Assembleia. -----

--- Agradecer a possibilidade de dar um contributo técnico e fazer um ponto de situação, pese embora que ele esteja praticamente feito, mas também versar sobre aquilo que é o nosso entendimento sobre esta matéria. -----

--- De facto, e falando na questão que é relevante em termos de conta, que é a questão do ativo contingente inerente à transferência da universalidade patrimonial da Assembleia Distrital. ----

--- Depois do trabalho minucioso que foi feito pela CIM em termos de identificação e de valorização, conforme já foi referido, um dos elementos que constava numa das duas páginas que suportam a transferência do património distrital para a CIM, constava uma lista que de facto

nesta há quem indique que são dívidas, mas é precisamente isso que ainda se está a tentar esclarecer, se são dívidas ou não. Portanto ainda estamos na primeira fase do processo.-----

--- E de facto há um conceito muito importante em contabilidade pública que é o conceito de as dívidas serem exigíveis e certas. Mesmo o normativo que vai entrar em vigor faz uma diferenciação entre o que é um valor exigível e certo e um valor que ainda não há certeza de que seja exigível e que não haja certeza da sua cobrança e então aí designamos que é um ativo contingente. -----

--- Ora bem, chegados à análise daquela lista de valores de facto surgiram um conjunto de dívidas substanciais e já agora a propósito da ênfase, as ênfases não são reservas. As ênfases são chamadas de atenção para um leitor menos preparado das demonstrações financeiras no sentido de que está tudo nas contas, mas atenção que como há esta questão em estudo poderá não vir mais nada para as contas, se não forem declarados exigíveis os valores que estão na lista ou então poderemos ter no futuro um salto grande nas contas, de 1,3 milhões de euros, não estamos a falar de trocos, nas contas da CIM, que tem como reflexo dívidas a receber e valores do património líquido. -----

--- Portanto a ênfase é no sentido de informar e também de chamar atenção que esta questão deve ser, como já aqui foi referido e foram votadas recomendações, mas emerge das próprias normas que o ativo contingente deve ser acompanhado, devem ser feitos esforços no sentido da sua clarificação. -----

--- E nós temos acompanhado esses esforços e o trabalho que se tem desenvolvido pela CIM. Portanto nós ainda estamos a debater a primeira fase do conceito que é fundamental em contabilidade pública que o ser exigível e certo. Estamos a ver se é exigível. -----

--- E quais foram as dúvidas que foram suscitadas? -----

--- Os princípios da realização e da prudência são princípios gerais, mas há aqui aspetos de natureza legal e o que está a tentar ser filtrado e nesta fase no Ministério da Administração Interna, entidade independente, no seu gabinete de assessoria jurídica, é de facto uma questão de natureza jurídica se aqueles valores são de facto de dívidas a pagar ou créditos a receber. --

--- E porquê? -----

--- Porque as dúvidas são muito grandes e a questão não pode ser vista sem naturalmente querer atingir quem quer que seja, porque de facto é uma questão complexa, não pode ser vista com superficialidade e tem que se analisar com profundidade. -----

--- As questões têm a ver logo com a ausência de orçamentos e prestação de contas da Assembleia distrital ao longo de quinze anos. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Sendo certo que já houve municípios no passado que carregaram para o processo ofícios dizendo que enquanto não houver contas da Assembleia distrital aprovadas e orçamentos, não reconhecem dívida nenhuma.-----

--- Depois há insuficiências graves também por falta da contabilidade e do processo orçamental de princípios de natureza orçamental em que se baseia a arrecadação de uma receita, há insuficiências graves e como já foi dito pelo Dr. Pedro Mota e Costa, e profundas em termos de sustentação contabilística, porque não havia uma conta corrente, não há um conjunto de impressos que o POCAL exige, não existe nada disso. -----

--- Depois também já foi falado do princípio da subsidiariedade de que estes tipos de receitas devem ser integradas nas contas no caso de ser necessário para repor o equilíbrio e a necessidade de haver ou não um orçamento anual, que também não foi aprovado. -----

--- Por último, tem havido dúvidas também relativamente ao processo de prescrição. Há eventuais quotas a serem exigíveis remontam a tantos anos atrás que se coloca a questão da possibilidade de prescrição. -----

--- Naturalmente que esta escolha que foi tomada tecnicamente pela CIM não foi uma escolha fácil em função da complexidade da situação e na sequência daquilo que foram as recomendações, julgo da Assembleia distrital e da própria Assembleia da CIM, foram pedidos um conjunto de pareceres a um conjunto de entidades em que algumas delas vieram dizer que eram incompetentes.-----

--- De facto, este ano evoluiu-se bastante na clarificação desta situação já que a Comissão de Normalização Contabilística, que é a entidade que tem competência legal para emitir opinião sobre aspetos de contabilidade, eles não emitem opinião sobre a questão da exigibilidade da dívida, o que dizem é que enquanto não estiver clarificado se as dívidas são exigíveis. -----

--- Não há condições em termos técnicos, de acordo com o POCAL e numa interpretação mais atualista do SNC-AP de elas serem reconhecidas nas contas.-----

--- No entanto, espera-se com alguma ansiedade no sentido que se quer ver resolvida esta questão, seja qual for a solução que venha a ser encontrada, qual a posição que a assessoria do Ministério da Administração Interna terá sobre esta matéria. -----

--- Quando forem identificados requisitos que isto é exigível passa-se à segunda fase, que é se elas são certas e portanto aí já é uma questão de perícia, que é de facto confirmar com os municípios, no caso de virem a ser exigíveis, se os valores que constam daquela lista existem ou se já foram pagos e portanto se terão aqueles valores a serem reconhecidos. -----

--- E por fim uma terceira fase que também foi aqui avançada que tem a ver com o facto de se pagarem ou não.-----

--- Se houver uma posição no sentido de que as dívidas são exigíveis e são certas se depois pagam ou não é uma questão de cobrabilidade e coloca-se a questão noutro domínio da contabilidade que é a questão das imparidades.-----

--- Portanto para terminar, dizendo que enquanto técnicos temos acompanhado e gostaríamos de ver esta questão clarificada. Penso que estaremos na reta final e a decisão final será da CIM, mas a intervenção jurídica do Ministério da Administração Interna será fundamental para clarificar a natureza daquela lista de valores, se de facto elas são exigíveis e certas e só nessa fase é que serão registadas na contabilidade.-----

--- Até lá outro caminho não houve e que nós também concordámos que e em face da posição da Comissão de Normalização Contabilística, que não fosse relatar com exaustão esta situação e como ela está relatada nas notas ao anexo do relatório de contas.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria desde já agradecer ao Dr. Pedro Mota e Costa e ao Dr. Vítor Simões a disponibilidade que tiveram para estar aqui hoje, durante quase toda a tarde, para nos elucidar das démarches que têm sido feitas e do ponto da situação em que se encontra esta questão.-----

--- Não me vou alongar muito e queria apenas dizer que nessa reunião que tivemos com a Secretaria de Estado da Administração Local no passado mês de março, onde estivemos todos presentes, foi colocada a questão.-----

--- Estava a Chefe de Gabinete, que é jurista do Senhor Secretário de Estado, estavam juristas da Secretaria de Estado e eles também não nos deram uma solução.-----

--- Dessa solução estamos ansiosos por receber. Foi enviado um memorando com tudo isto que aqui foi relatado para a Secretaria de Estado e aguardamos resposta.-----

--- Mas há um pormenor que também é importante aqui referir, que é aquilo que nos foi dito lá. A dívida é exigível ou não?-----

--- Se a dívida não for exigível aqueles que andaram a pagar com que autoridade é que o fizeram? Esta é também uma questão que pode ser levantada.-----

--- Sem apresentação de contas, sem Assembleias, houve câmaras que durante vários anos andaram a pagar.-----

--- Este é um problema que também pode trazer consequências às câmaras que pagaram.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Senhor Presidente, eu julgo que não há necessidade, mas se quiserem votar a proposta do Senhor Deputado Telmo Antunes, podem votar, mas nós estamos a fazer todos os esforços para que o problema seja resolvido, possivelmente terá que passar por algo que venha no próximo orçamento de estado para a resolução do problema.” -----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos Pinto, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor e seis votos contra, dos Senhores Deputados, António Maria, Pedro Alves, Mota Faria, Manuel Teodósio, Casimiro Loureiro e Gabriel Sousa.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Declaração de voto da Mesa da Assembleia Intermunicipal: -----

--- “A declaração de voto é muito simples, nós votamos a favor destas contas independentemente de acharmos que o assunto tem que ser clarificado, porque para além das explicações que foram dadas não há nenhuma dúvida em relação aos números e porque para além do mais tem instrumentos que lhe permitam resolver a situação.-----

--- Portanto não faria sentido votar contra, porque neste momento não tem instrumentos que permitissem resolver a situação”.-----

--- Declaração de voto do Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Alberto Ascensão: -----

--- “Eu sou daqueles que já ando aqui há muito tempo e portanto, tenho aqui alguma diferença.

--- Concordo e subscrevo aquilo que disse o Dr. Rui Santos, mas tenho que dar alguma explicação. -----

--- Eu discordo da forma como as coisas estão a ser feitas, mas sei que neste momento não é possível fazerem mais. -----

--- Não consigo conceber que passados três anos ainda não haja uma solução para este assunto e no fundo eu deixo aqui alguma crítica à atuação da CIM na medida em que chegamos a este ponto e continuamos a ter este problema. -----

--- Eu voto favoravelmente porque as contas expurgadas disto não têm dúvidas.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Telmo Antunes, cuja intervenção se transcreve: “Eu penso que, apesar das explicações que foram dadas, faz todo o sentido votar a proposta para reforçar a importância da resolução deste problema por parte da CIM.-----

--- Compreendemos este problema, porque as explicações do Senhor Presidente da CIM foram bastante esclarecedoras dos esforços efetuados pela CIM. -----

--- Mas esta Assembleia Intermunicipal deve reforçar junto do organismo executivo no sentido da resolução tão breve o quanto possível, que é uma questão jurídica, é uma questão política e que nós não queremos que seja uma questão meramente contabilística.”-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Permitem-me que na qualidade Deputado faça uma pergunta ao Senhor Presidente da CIM, para definir o meu sentido de voto?-----

--- A minha pergunta é muito simples: pode-se entender que uma proposta destas reforce a posição da CIM no sentido de exigir que alguém decida. Entende-a assim?-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, aquilo que eu lhe garanto é que a CIM está a fazer tudo aquilo que é possível para resolver a questão.-----

--- Com ou sem ela nós iremos trabalhar para que se resolva o mais rapidamente possível. ----

--- A reivindicação foi o memorando que enviámos e que aguardamos uma resposta.-----

--- Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, esta proposta de revisão orçamental tem como principal propósito a inclusão do saldo de gerência anterior e pedimos a inclusão para a gerência de dois mil e dezoito e em sede de revisão orçamental aproveitámos para fazer alguma alteração a algumas das Grandes Opções do Plano, com a dotação de rubricas e sub-rúbricas que em sede de orçamento ordinário se mostrava insuficiente até ao final do ano. -----

--- Pelo lado da receita a inclusão da aprovação de uma candidatura a fundos comunitários no domínio do plano de sensibilização no âmbito do plano de adaptação às alterações climáticas nas escolas de Viseu Dão Lafões.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2018, de acordo com a Informação de Serviço nº 159/2018, de 05 de abril, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Uma breve explicação relativamente à proposta de alteração ao mapa de pessoal, até porque ela revela uma alteração à proposta de mapa de pessoal aprovado na altura do orçamento ordinário.-----

--- Temos os atuais dez postos de trabalho da CIM, estamos a colocar a coluna "a prover", a contratar mais vinte e oito postos de trabalho que dá um total de trinta e oito postos de trabalho.

--- Mas vou explicar detalhadamente este aumento no mapa de pessoal.-----

--- Esta proposta de mapa de pessoal tem a previsão de possível incorporação de precários no quadro da comunidade Intermunicipal e temos contratos a termo resolutivo incerto que podem se transformar em contratos a termo indeterminado. -----

--- Estamos a fazer a análise jurídica dos contratos de trabalho que temos na CIM. -----

--- Também tem prevista a possibilidade de consolidação em regime de mobilidade de um técnico que veio de um município da Comunidade Intermunicipal.-----

--- Tem previsto no quadro uma candidatura que a CIM realizou no domínio dos sapedores florestais e a criação de uma brigada com três equipas e que pressupõe quinze sapedores florestais. -----

--- Está também prevista a abertura que a CIM já o fez em regime de mobilidade de um técnico para o gabinete técnico florestal Intermunicipal, em que a CIM viu aprovada a candidatura ao Fundo Florestal Permanente.-----

--- Neste mapa de pessoal também estão previstos procedimentos concursais de recrutamento de colaboradores para a CIM que já foram publicados no Diário da República em que prevê a abertura de lugares no quadro para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, para a Unidade da Mobilidade e dos Transportes, para a Unidade de Cooperação e Promoção Territorial da Região e para a Unidade de Contratualização e Gestão dos Fundos Comunitários.-----

--- Resumindo dos vinte e oito a prover temos cinco concursos que já estão a decorrer na Comunidade Intermunicipal. -----

---Tenho dito em várias reuniões do Conselho e também aqui na Assembleia que os recursos da CIM são manifestamente insuficientes face à dimensão do trabalho Intermunicipal e às novas competências que a CIM tem neste momento.-----

---Temos os quinze sapadores florestais, temos um para consolidação, temos três para regularização de vínculos e temos quatro, como abrimos procedimentos concursais que se revelar necessário até ao final do ano a CIM ir à bolsa, leia-se à reserva de recrutamento deste procedimento concursal, estar já previsto. Isto também porque a próxima reunião da Assembleia Intermunicipal, se não houver uma extraordinária, será em novembro.-----

--- Portanto é esta a explicação técnica para este aumento do quadro de pessoal.”-----

--- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, Rui Santos, colocou a votação os documentos em apreço tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos, do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de dezembro de 2017 e 06 de abril de 2018, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 19 de dezembro de 2017, de acordo com a Informação de Serviço nº 160/2018, de 06 de abril, nos termos das disposições conjugadas do artigo 104.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “A listagem tem que vir à Assembleia para dar conhecimento em função da autorização prévia genérica que é dada pela Assembleia Intermunicipal ao Conselho Intermunicipal.-----

--- A listagem que foi enviada tem a ver com compromissos que na altura da assunção e da adjudicação de compromisso se assumiam logo como compromissos plurianuais em mais que um exercício económico ou por outro lado compromissos que em função execução física e financeira dos contratos se transformaram em compromissos plurianuais.”-----

--- A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento.-----

--- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Listagem dos compromissos plurianuais assumidos entre o dia 1 de dezembro de 2017 e 06 de abril de 2018, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável a assunção de compromissos plurianuais, aprovada pela

Assembleia Intermunicipal

Assembleia Intermunicipal, na sua sessão de 19 de Junho de situação da implementação do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Vou obviamente fazer um breve ponto de situação sobre o regime jurídico do transporte público de passageiros dando nota do trabalho que a Comunidade Intermunicipal tem vindo a realizar e por outro lado dar nota de qual é o ponto de situação atual. -----

--- Relativamente à questão da mobilidade e dos transportes dizer que a CIM no devido tempo e ainda bem que o fez, quando estava presente este regime jurídico de transporte público de passageiros tomou a decisão política de desenvolver à escala Intermunicipal um plano Intermunicipal de mobilidade e transportes.-----

--- Entendemos que este plano Intermunicipal de mobilidade e transportes ia se constituir como um documento de referência estratégica para as decisões a tomar pelos catorze municípios no âmbito da mobilidade. -----

--- Este plano Intermunicipal está aprovado pelo Conselho Intermunicipal.-----

--- Foi um trabalho durante dois anos realizados pela CIM e pelas equipas da mobilidade que se constituíram pelos catorze municípios, sempre com um interlocutor político.-----

--- Mas foi um trabalho também desenvolvido por uma comissão de acompanhamento que a CIM criou para o efeito onde esteve a Autoridade para a Mobilidade e Transportes, o Instituto de Mobilidade e Transportes, onde estiveram um conjunto de entidades, o CDOS, o Comando Territorial da GNR. -----

--- Portanto equipas multidisciplinares que em função das várias fases do projeto, desde a fase de diagnóstico à fase de cenário e à fase de plano de ação foram sempre acompanhando este processo. -----

--- O plano Intermunicipal esteve em consulta pública no ano de dois mil e dezassete e depois foi aprovado ainda no primeiro semestre do ano pelo Conselho Intermunicipal. -----

--- Em boa altura o fizemos porque estar a pensar a mobilidade e os transportes na nossa região sem ter um documento de referência, um documento estratégico teríamos a nossa tarefa muito mais difícil e sem os resultados que esperamos alcançar depois deste trabalho realizado.-----

--- Este plano tem também a virtualidade em que um dos seus *outpools* já era um plano operacional de transportes à escala dos catorze municípios.-----

--- Outra das virtualidades deste plano foi criar dinâmicas de trabalho que não existiam neste domínio e nesta temática entre a CIM, as equipas dos municípios e os *stakeholders* onde

estiveram desde a primeira hora os operadores de transportes do território em que os vimos como parceiros deste projeto. -----

--- Após este documento nós também iniciámos ainda no ano de dois mil e dezasseis e concluímos no ano de dois mil e dezassete toda a tramitação administrativa de que a CIM se assumisse como autoridade de transportes. -----

--- O que a CIM está neste momento a fazer é aquilo que outrora era realizado pelo Instituto de Mobilidade e Transportes passou essas competências para as comunidades intermunicipais ou para os municípios que se quiseram assumir como autoridade de transporte. -----

--- Dizê-lo que os treze municípios delegaram na CIM essa competência na sua totalidade, sendo que o Município de Viseu a delegou parcialmente. Delegou na Comunidade Intermunicipal das trinta linhas que tinha, onze e as outras estão no MUV. -----

--- Toda esta tramitação administrativa, contratos interadministrativos, entre a CIM e os catorze municípios, fizemo-lo todo durante o ano de dois mil e dezasseis, tendo sido firmados em Tondela na altura com a presença do Senhor Ministro do Ambiente e depois aprovados pelo IMT. -----

--- Depois toda a validação das carreiras numa aplicação do IMT que é o SIGGESC e quando pegámos nesta situação, o que é transversal a todas as CIM's é que nos pediram para fazer em três, quatro meses aquilo que o IMT não fez em quarenta anos. -----

--- E quando nos pediram para validar numa aplicação do IMT as carreiras, todos os municípios e comunidades intermunicipais tinham que validar as suas carreiras no sentido de se saber se elas iam do ponto A ao ponto B e afins. -----

--- Verificámos que estavam passadas autorizações provisórias a muitos operadores de carreiras que já não se faziam há dez ou quinze anos. -----

--- Neste momento temos a informação carregada na aplicação devidamente consensualizada e sabendo exatamente que carreiras é que temos na nossa região, que serviço prestam em cada um dos municípios e que serviços prestam nas linhas intermunicipais. -----

--- A CIM é autoridade de transporte nas carreiras que vão do município A ao B, mas também nos estamos a assumir em alguns casos como autoridade de transporte entre uma linha que vá para a CIM Douro, entra a CIM Viseu Dão Lafões e que vá para a CIM Coimbra e neste caso a distinção para quem se assumiu como autoridade de transporte no seu território tem maior número de quilómetros. -----

--- Dizer também que a CIM publicou no Jornal Oficial da União Europeia o pré-aviso do lançamento do concurso, que era uma questão obrigatória e fizemo-lo em julho do ano passado

Assembleia Intermunicipal

e o “estado da arte” neste momento é obviamente estarmos a desenhar a rede municipal e a rede Intermunicipal juntamente com as equipas dos catorze municípios. -----

--- Neste sentido o que os municípios têm para a decisão política desta questão passa obviamente a dizer que são estas linhas que os municípios têm atualmente, é este o valor que neste momento pagam por essas linhas e serviços, para poderem decidir que aquilo que é proposto nesta rede relativamente ao processo a ser colocado no procedimento concursal, saberem o envelope financeiro com que podem contar. -----

--- Estamos neste desenho fino da rede, num trabalho em que em alguns casos tem sido individual com alguns municípios e coletivo em sede de Conselho Intermunicipal quando se tratam de linhas intermunicipais. -----

--- Dar nota que há questões de obrigação do serviço público que têm que ser cumpridas ou outras em que não têm que ser cumpridas, mas os municípios até as querem e vou dar um exemplo. -----

--- As obrigações do serviço público diz que têm que haver ligações entre todas as sedes de concelho, a CIM no procedimento concursal que vai colocar e submeter a parecer prévio ao IMT vai justificar que tendo em conta os movimentos pendulares de alguns territórios não se justifica haver carreiras entre o município A ou B. -----

--- Assim como acontece em que diz que tem que haver transporte urbano em municípios com mais de cinquenta mil habitantes, por exemplo, Tondela e Mangualde que não o têm, têm a decisão política que tendo em conta os movimentos no seu território de terem carreiras urbanas e que vão ser colocadas a concurso. -----

--- Estamos a fechar toda a parte do clausulado técnico e jurídico. Sabemos pela experiência de outros municípios que a complexidade é muito grande e que se arrasta muito tempo no Tribunal de Contas por questões jurídicas. -----

--- A CIM está a ser assessorada por uma empresa que está a desenhar a rede com os municípios e está a ser assessorada na componente jurídica. -----

--- Nesta questão da mobilidade é expectativa da Comunidade Intermunicipal que até ao mês de julho nós coloquemos na Autoridade de Mobilidade e Transportes, a quem compete dar parecer prévio vinculativo sobre o nosso caderno de encargos e fará uma análise de viabilidade económica e financeira sobre o racional financeiro que a CIM vai colocar no concurso, perspetivando que durante o mês de setembro possamos colocar na plataforma o concurso público internacional, esperando que na data de três de dezembro de dois mil e dezanove nós tenhamos condições de ter o contrato assinado para o operador de concessão de transportes.

--- Duas notas finais relativamente a isto. Dar nota que todo o transporte da nossa Comunidade, da nossa região está assente no transporte escolar e é com essa base que estamos a trabalhar e para isso estamos a fazer um trabalho com os municípios daquilo que se chama a conta pública de mobilidade, isto é, saber quanto o município gasta com a mobilidade e o transporte escolar.

--- Obviamente que neste procedimento concursal temos a noção que eventualmente não podemos ter o concurso ideal, temos que ter o concurso possível em função de todas as circunstâncias e temos a ambição de que este concurso tenha questões muito vincadas de coesão territorial e social, estando a ser pensada uma rede de transporte flexível tendo em contas as zonas de mais baixa densidade. -----

--- Basicamente é este o ponto de situação nesta temática da mobilidade e transportes.” -----

--- Relativamente ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** – Ponto de situação das ações desenvolvidas e a desenvolver, pela CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito da proteção civil Intermunicipal, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Aqui aproveitava para dar as respostas possíveis ao Deputado Mota Faria. -----

--- Sem dúvida alguma que há um atraso no programa de revitalização, desde a parte habitacional em que ainda não conseguimos ver a “luz ao fundo do túnel”. -----

--- Aquilo que parecia bastante fácil e que foi dito que até nas despesas até cinco mil euros os processos complicaram-se. -----

--- Relativamente à questão da proteção civil e das candidaturas foi assinado pela CIM um protocolo para abertura do gabinete técnico florestal na CIM que vai ficar com um técnico que irá coordenar todos os outros técnicos das catorze câmaras. -----

--- Fizemos a candidatura a três brigadas de sapadores florestais, porque entendemos que uma brigada para os catorze municípios é insuficiente e a nossa questão para apenas uma brigada é onde é que ela se fixava. -----

--- Relativamente à questão das freguesias prioritárias nem a CIM foi ouvida nem as câmaras municipais foram ouvidas. Posso dizer-lhe que no caso de Carregal do Sal eu quando recebi a relação das freguesias prioritárias, em que Carregal do Sal não tem nenhuma, enviei ofício à Autoridade Nacional de Proteção Civil, sabendo qual foi o critério utilizado para a designação.-

--- Ainda não obtive qualquer resposta! -----

--- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado, passo a palavra ao Dr. Nuno Martinho.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: "Neste ponto fala-se também um pouco sobre as ações desenvolvidas e as ações a desenvolver pela CIM Viseu Dão Lafões. -----

--- A CIM tem vindo ao longo dos últimos anos a fazer um caminho no domínio da proteção civil Intermunicipal, obviamente fazendo-o de uma forma articulada com quem no terreno compete fazer esse trabalho. -----

--- A questão do sistema de informação geográfico ao nível Intermunicipal em *opensource e opendata* é exemplo disso. -----

--- Basta dizer que há cerca de quatro anos atrás quando houve uma ação de um simulacro de incêndio no Aeródromo de Viseu pelo Ministério da Administração Interna, o SIG que foi utilizado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil foi o da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Foi o que fizemos com a aquisição de equipamentos de proteção civil para as corporações de bombeiros e com os rádios SIRESP para os serviços municipais de proteção civil e também para as corporações de bombeiros da nossa região. -----

--- Em termos e ações mais recentes a CIM está a desenvolver, estando já em fase final, uma plataforma de emergência e proteção civil Intermunicipal. -----

--- Esta plataforma de emergência está a ser desenvolvida em parceria com o ICNF, CDOS de Viseu e CDOS da Guarda, com o Comando Territorial da GNR, o IPMA e com a APA e vai ser permitida utilizar em teatro de operações, permite modelos quilométricos em função das catorze estações meteorológicas a serem instaladas nos municípios, duas estações hidrométricas e medidores de gás radão. -----

--- Dar nota, também, que a CIM terminou no mês de março um plano regional à escala dos catorze municípios, de fogo controlado e que está neste momento nos municípios para aprovação nos concelhos municipais de defesa da floresta para que de seguida a CIM possa candidatá-lo a um aviso do Fundo Florestal Permanente, a abrir pelo ICNF. -----

--- Uma outra ação mais instrumental e Intermunicipal e imaterial é obviamente o trabalho do plano Intermunicipal de adaptação às alterações climáticas que a CIM elaborou. Estamos na fase final e está nos municípios o plano Intermunicipal de ação que assenta em estratégias macro e conseguimos agora a aprovação de uma candidatura neste domínio das alterações climáticas, nas escolas com ações de dinamização. -----

--- O Senhor Presidente também já referiu a criação do gabinete técnico florestal e a candidatura para as três brigadas de sapadores florestais. Foi esta a decisão política que tiveram os catorze Presidentes de Câmara no sentido de que para o território e para fazer as faixas de interrupção

Assembleia Intermunicipal

de combustível para cobrir o território à escala dos catorze municípios só este número corresponderia às necessidades da região. -----

--- Estamos à espera de decisão relativamente a isto e é nossa expectativa que iremos não ter três, mas somente uma brigada. -----

--- Basicamente é este o ponto de situação da proteção civil Intermunicipal e o caminho que temos vindo a fazer. -----

--- Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----

